



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Comissão de Anistia/GM/MJ

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 2º andar, sala 200, Edifício Sede – Cep: 70.064-900
Telefone (61) 2025-9400/9404

RELATÓRIO ANUAL
COMISSÃO DE ANISTIA
2011

MJ
Brasília
2016

O relatório de atividades é alusivo ao ano de 2011, tendo sido elaborado em 2014. As fotos que registram as atividades públicas promovidas pela Comissão de Anistia são de propriedade do Ministério da Justiça, sendo permitida sua publicação desde que citada a fonte.

341.5462

B823r Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Comissão de Anistia.
Relatório anual Comissão de Anistia 2011 / Ministério da
Justiça e Cidadania, Comissão de Anistia. -- Brasília : Ministério
da Justiça e Cidadania, 2016.
62 p. : il. color.

1. Anistia – relatório - Brasil. 2. Anistia política - Brasil. 3.
Relatório técnico I. Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania.
Comissão de Anistia.

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Agradecimentos à equipe que colaborou com a elaboração deste relatório.

<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>

Contato – atendimento: (61) 2025 3213/3675



**Ministério da Justiça
Comissão de Anistia**

Presidente da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Vice-Presidente da República em Exercício
Michel Temer

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-Presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Coordenador-Geral de Memória Histórica
MARCELO D. TORELLY

Coordenadora de Projetos e Políticas de Reparação e Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Conselheiros

ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
EDSON CLÁUDIO PISTORI
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MÁRCIO GONTIJO
MARIA EMÍLIA GUERRA FERREIRA

MARINA DA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
NARCISO FERNANDES BARBOSA
PAULO ABRÃO
PRUDENTE JOSÉ DA SILVA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
SUELI APARECIDA BELLATO
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Sumário

Apresentação.....	7
Homenagem.....	9
Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política.....	13
1. A Comissão de Anistia.....	13
1.1. Planejamento Estratégico.....	13
2. Reparação Econômica.....	15
2.1. Programa de Reparação Econômica e os Desafios de Gestão.....	15
3. Reparação Moral, Coletiva e Simbólica.....	17
3.1. Memorial da Anistia Política do Brasil.....	17
3.2. Projeto Marcas da Memória.....	20
3.3. Projeto Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos.....	27
3.3.1. Ações Educativas.....	27
3.3.2. Caravanas da Anistia.....	30
3.3.3. Anistias Culturais.....	36
4. Publicações e Disseminação.....	48
4.1. Publicações.....	48
5. Ações de Cooperação Internacional.....	50
Expediente.....	57
Composição do Conselho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.....	59

Apresentação

Em 2011, os desafios da Comissão de Anistia se intensificaram. O processo de substituição dos terceirizados por servidores de carreira demandou a reconstituição da memória institucional do órgão, bem como a ambientação e capacitação dos servidores ingressantes para dar seguimento às políticas de reparação, memória e verdade.

O ano também foi marcado por momentos de reconhecimento, no Brasil e no exterior, do trabalho da Comissão de Anistia e de todos aqueles que com ela contribuíram ao longo de seus dez anos de existência. A participação no Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa em El Salvador, contribuindo para o processo de consolidação democrática na América Central e a co-promoção de Seminário Internacional sediado na renomada Universidade de Oxford, destinado a discutir o modelo transicional brasileiro são exemplos desse reconhecimento, que resultou na publicação do livro *Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*.

A promulgação da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, foi um marco para a Justiça de Transição no Brasil, e impulsionou a sociedade brasileira a intensificar a mobilização pelo direito a conhecer todos os fatos relativos aos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, no período de 1946 a 1988.

A Comissão de Anistia firmou várias parcerias para a consecução de seus programas, com destaque para a realização da segunda chamada pública para o projeto “Marcas da Memória”, destinado a apoiar iniciativas da sociedade civil que promovam a difusão da história dos perseguidos políticos e de seus movimentos.

Em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão aprovou o projeto executivo do futuro Memorial da Anistia Política do Brasil e deu início ao processo licitatório das obras em Belo Horizonte.

Foram ainda realizadas seis edições das Caravanas da Anistia, contemplando os estados da Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A apreciação pública dos requerimentos de anistia política cumpre a função de ampliar o alcance das ações de reparação e memória da Comissão de Anistia.

Os avanços da Justiça de Transição no Brasil mostram que o caminho escolhido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça permite que os cidadãos brasileiros se apoderem cada vez mais de sua própria história, demonstrando o compromisso com a agenda da transição democrática.

Brasília, dezembro de 2011.

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

Homenagem

Maria Emília Guerra Ferreira, 22/10/1944 – 27/12/2011.

Com uma jornada repleta de experiências a Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira aportou na Comissão de Anistia em 22 de outubro de 2009 para marcar definitivamente a dinâmica da Comissão e a vida dos que com ela conviveram.

Era religiosa da Congregação de Nossa Senhora das Cônegas de Santo Agostinho, psicóloga, educadora, e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Maria Emilia era conhecida por seu jeito firme na defesa de suas posições e acreditava que, para trabalhar com as marcas do sofrimento, da perseguição e da injustiça, era necessário agir com especial ternura.

Por onde andou, no Brasil e fora dele, no campo e na cidade, nas praias de Ubatuba-SP e no sertão de Tacaimbó-PE, com os livres, com os pseudo-livres e com os encarcerados, Maria Emilia deixou a esperança de produzir um mundo novo, de novas relações, de homens e mulheres apaixonados e comprometidos com a vida.

Maria Emília deixa enorme saudade.

Be
fi
S
i
n
Be

Projetos Educativos

Política Nacional de Promoção da Justiça de
Transição e da Anistia Política

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

I. A Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia, criada em 2001 por Medida Provisória, foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. De acordo com essa Lei, após apreciação do processo, a Comissão poderá reconhecer a situação de anistiado político do requerente e, se for o caso, conceder reparação econômica àqueles que tenham comprovado haver sofrido perseguições exclusivamente políticas por meio de atos de exceção do Estado brasileiro, entre 1946 e 1988.

Além de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito à reparação moral e econômica, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, viabiliza outras dimensões da Justiça de Transição, como o direito à memória e à verdade. Nesse sentido, ainda compõem a *Política Nacional de Promoção da Anistia Política e da Justiça de Transição* implementada pela Comissão de Anistia os seguintes projetos e as ações:

- Programa de Reparações;
- Memorial da Anistia Política do Brasil;
- Projeto Marcas da Memória;
- Projeto Anistia Política: Ações Educativas (Caravanas da Anistia, Anistias Culturais e Seminários);
- Comunicação e Publicações; e
- Cooperação Internacional.

Assim, a competência estabelecida no início do mandato da Comissão – o julgamento de requerimentos de anistia política – teve seu escopo ampliado com a criação, a partir de 2007, do projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil e de ações educativas e culturais, cujo objetivo é estimular a formulação, gestão e fomento de políticas públicas para a promoção da Justiça de Transição, para a preservação da memória e para a educação para a democracia e os direitos humanos.

I.1. Planejamento Estratégico

Em 2011, com o objetivo de estabelecer as diretrizes organizacionais da Comissão e planejar as principais frentes de ação para o alcance de seus objetivos institucionais, foi realizado o Planejamento Estratégico da Comissão de Anistia entre 24 e 27 de fevereiro na cidade de Pirenópolis/Goiás. O evento teve como público-alvo principal os membros do Conselho e os analistas processuais da Comissão de Anistia, e contou com a presença de 40 participantes.

No documento que resultou de tal atividade, temos que “a partir de um claro foco de atuação e segundo uma metodologia de planejamento específica, algumas condições internas e externas da Comissão de Anistia, tais como necessidades, expectativas e desafios foram analisados, e, posteriormente, projetos e ações definidos. Documentos referentes a atividades realizadas pela Comissão no primeiro semestre de 2011, propostas

de melhorias e análise da sua estrutura formal e informal também foram discutidos” (Planejamento Estratégico da Comissão de Anistia, 2011).

Na ocasião, cada divisão da Comissão de Anistia (Divisão de Atendimento; de Registro e Diligência; de Análise e Informação Processual; de Julgamento; de Finalização; de Arquivo e memória) apresentou seu contexto, avanços e demandas, bem como um plano de melhorias que abrangia propostas para fazer frente a algumas dificuldades da Comissão de Anistia, especialmente àquelas relacionadas à fragilidade de sua estrutura de cargos e de pessoal.

Apoiados na metodologia **Planejamento Estratégico Situacional – PES** (nos termos de Carlos Matus¹), os participantes refletiram a missão da Comissão de Anistia, traduzindo-a nos seguintes termos: “Ser instrumento legítimo que contribui para a consolidação da Anistia Política, da Democracia e dos Direitos Humanos, por meio dos mecanismos da Justiça de Transição: REPARAÇÃO, MEMÓRIA, VERDADE e JUSTIÇA” (Planejamento Estratégico, 2011).

Além de definirem a missão, os participantes chegaram ao consenso com respeito aos principais desafios daquele momento, condensando-os nos seguintes termos:

- Desafio 1** – Aprimorar a política de comunicação da Comissão de Anistia para atendimento e valorização da sua “missão” política/institucional;
- Desafio 2** – Julgar com celeridade aprimorando a qualidade;
- Desafio 3** – Reconhecimento Institucional da Comissão de Anistia;
- Desafio 4** – Reconhecimento da anistia política como dever de Estado;
- Desafio 5** – Construção de base de conhecimento da Comissão de Anistia;
- Desafio 6** – Apoiar a Comissão da Verdade;
- Desafio 7** – Reforçar a coesão de toda a equipe para enfrentar os Desafios;
- Desafio 8** – Envolver a Juventude;
- Desafio 9** – Conquistar melhores condições de trabalho: estrutura e recursos humanos.

Pelo limite de tempo da atividade, o grupo trabalhou os três desafios considerados prioritários (desafios 2, 5 e 7), para os quais foram constituídos grupos com a responsabilidade de definir as ações necessárias para enfrentá-los, bem como os prazos de cada atividade e responsáveis por cada tarefa.

Segundo a avaliação dos participantes e dos facilitadores desse encontro, o planejamento estratégico possibilitou um espaço multidimensional: de capacitação, de integração entre as pessoas e as equipes, de planejamento em si e de compartilhamento de conhecimentos, experiências e expectativas. O PES contribuiu, portanto, não somente para a construção de um debate estratégico e crítico sobre os projetos e ações orientadores da atuação da Comissão de Anistia, mas também para a integração de todos os envolvidos na construção dessa política.

¹ Segundo Carlos Matus, economista chileno, O PES se baseia numa metodologia voltada para os problemas públicos, sendo aplicável a qualquer órgão cujo centro de jogo não seja exclusivamente o mercado, mas o jogo político, econômico e social. Segundo Matus, o planejamento é um processo técnico-político resultante de jogo de atores em interação, conflito e cooperação que agem conforme suas próprias estratégias. A metodologia propõe acompanhar continuamente a realidade, analisando se os resultados de decisões pretéritas tendem a caminhar no sentido dos resultados esperados.

2. Reparação Econômica

2.1. Programa de Reparação Econômica e os Desafios de Gestão

No ano de 2011, a Comissão de Anistia autuou 1.904 novos processos, contabilizando o total de 70.421 requerimentos de anistia desde a sua criação, em 2001.

Segundo os últimos dados consolidados pela Comissão², a autuação de processos teve seu ápice em 2003, dois anos após sua instalação, com quase 23 mil requerimentos. Em 2004, esse número passa para a metade, e nos anos subsequentes, há uma significativa diminuição da entrada, com autuação média de 3.000 requerimentos entre 2005 e 2011. E o ano de 2011, nesse cenário, aparece com o menor número de requerimentos autuados durante todo o período.

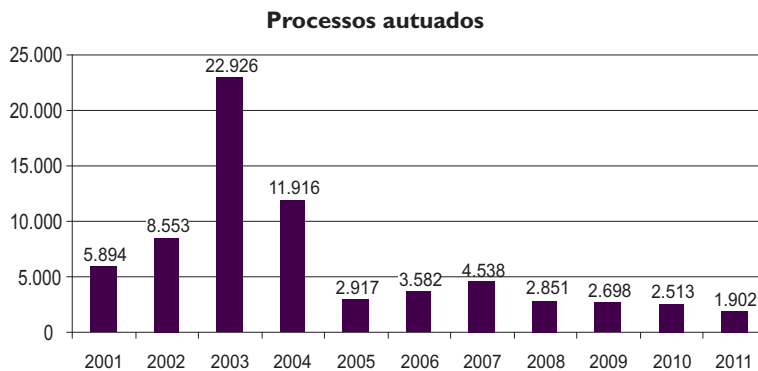


Gráfico 1 – Número de processos autuados.

O ano de 2011 também se destaca como um período em que a capacidade de apreciação desses requerimentos caiu consideravelmente. Tanto o número de processos apreciados quanto a frequência relativa de produtividade, conforme demonstram os gráficos a seguir:

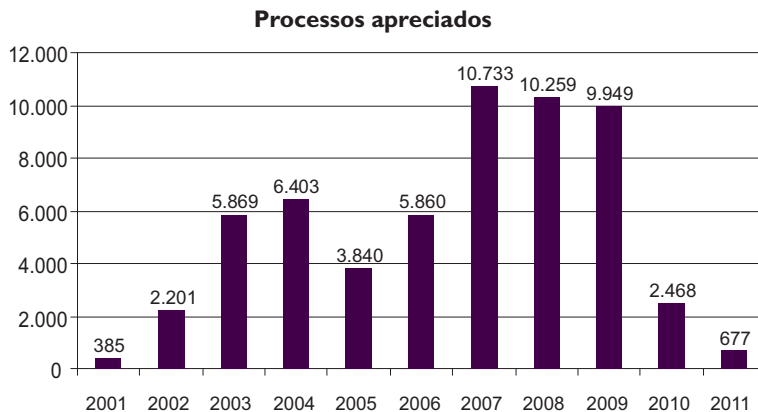


Gráfico 2 – Processos apreciados.

² É importante notar que se trata de um indicativo de decisão, já que as informações abaixo são resultado de uma compilação das diversas planilhas existentes na Comissão de Anistia em setembro de 2013. Atualmente, está em andamento um processo de revisão geral de tais dados e, portanto, eles devem ser lidos como aproximações até que sejam concluídos o recadastramento em curso.

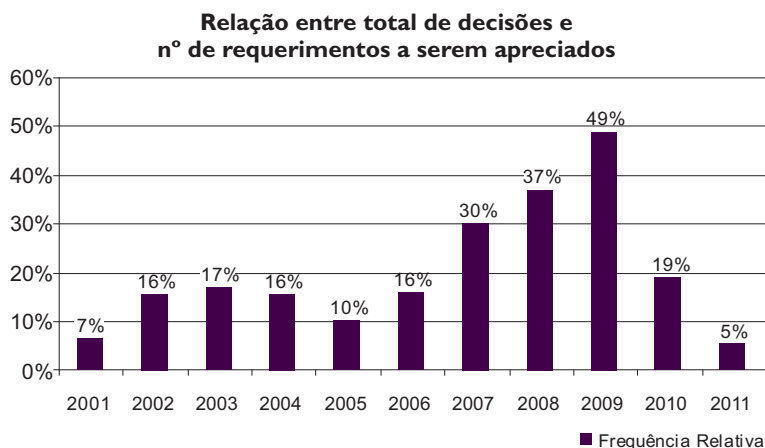


Gráfico 3 – Decisões x Requerimentos a serem apreciados.

No Gráfico 3, o número de requerimentos a serem apreciados é resultado da soma anual do número de processos autuados ao número de processos remanescentes do ano anterior. Este Gráfico nos indica um considerável crescimento ascendente de produtividade entre 2007 e 2009; e uma considerável queda a partir de 2010. Em 2011, a capacidade de análise foi inferior até ao primeiro ano de trabalho da Comissão.

Embora estes números também devam ser tratados como aproximativos na medida em que fazem parte de um momento em que a Comissão ainda não contava com um sistema único de informação, eles revelam um cenário que é reconhecido pelos profissionais que trabalhavam no órgão naquele período e que é explicado pelo processo de substituição do quadro de servidores.

O quadro funcional da Comissão de Anistia, até o ano de 2010, era composto quase que totalmente por prestadores de serviços terceirizados, com o restante da força de trabalho composta por estagiários e conveniados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.

Em virtude do cumprimento do acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho, para substituição de profissionais terceirizados, a Comissão passa de 90 prestadores (quase todos terceirizados) no ano de 2008 para 62 membros (prestadores e servidores) em 2011.

A principal área afetada pela substituição de profissionais terceirizados foi o da análise processual, com impacto significativo na capacidade funcional e consequentemente na quantidade de processos julgados, como veremos.

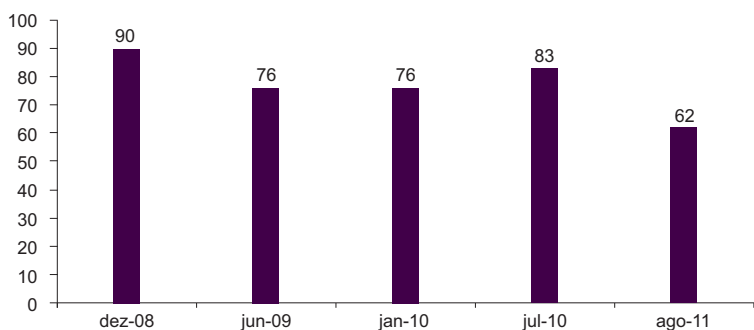


Gráfico 4 – Quantitativo do quadro de pessoal.

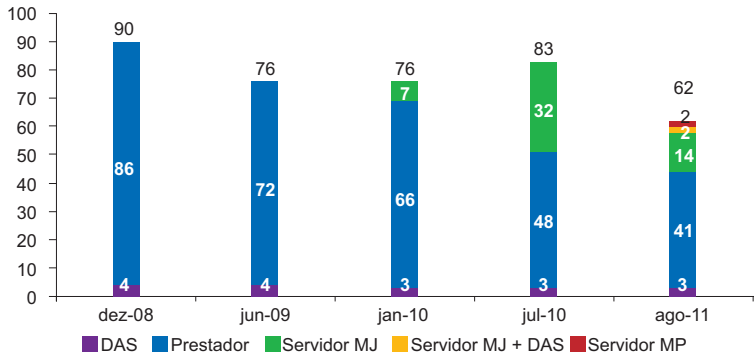


Gráfico 5 – Quantitativo do quadro de pessoal segundo vínculo.

Essa mudança no quadro de pessoal exigiu que os novos profissionais fossem capacitados para exercer as competências requeridas, além de participarem de atividades de integração e de planejamento, demandando tempo e prática para que os fluxos de trabalho se restabelecessem. O tempo despendido na capacitação, adaptação na alocação de novos servidores, bem como, na revisão de fluxos, fizeram com que os trabalhos de julgamento somente pudessem ser retomados no segundo semestre de 2011.

Contribuíram, ainda, para a diminuição da produtividade, a perda da memória institucional, fazendo com que, por exemplo, os processos coletivos passíveis de apreciação por grupo – o que imprimia maior eficiência nos julgamentos – deixassem de ocorrer. E, por fim, a reestruturação administrativa da Comissão e a saída de analistas juristas também teve impacto negativo na gestão.

Nesse sentido, embora a substituição de terceirizados (com frágil vínculo de continuidade) por servidores deva ser vista como um ponto positivo em longo prazo, o processo, inicialmente, pode acarretar dificuldades para uma célere execução dos trabalhos.

A fim de enfrentar as mudanças ocasionadas pela substituição da força de trabalho e aumentar a eficácia e eficiência dos trabalhos foram adotadas medidas para reestruturação da gestão, entre as quais destacam-se:

- Realização de planejamento estratégico da Comissão;
- Mapeamento das rotinas de trabalho da Comissão junto à Coordenação Geral de Modernização e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça;
- Contratação de serviços para a digitalização do acervo da Comissão;
- Contratação de consultoria externa para o desenho de um novo fluxo do processo “julgamento de requerimentos de anistia”;
- Capacitação do corpo funcional.

3. Reparação Moral, Coletiva e Simbólica

3.1. Memorial da Anistia Política do Brasil

O Memorial da Anistia Política do Brasil, que está sendo construído na cidade de Belo Horizonte, foi planejado pela Comissão de Anistia em 2008. É uma iniciativa da Comissão, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a Secretaria de Patrimônio da União, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Trata-se de um equipamento público para organizar, preservar e divulgar a memória e o acervo histórico dos períodos de repressão política no Brasil, desde 1946 até o fim da ditadura militar, em 1985. O acervo que a Divisão de Arquivo da Comissão de Anistia preserva é de suma importância para a reconstituição da memória cívica do País, contemplando a história de perseguição política de cidadãos, presentes nos requerimentos de anistia política apreciados pela Comissão.

Um dos principais objetivos do Memorial é manter viva a memória das vítimas e promover a educação para a paz e o respeito aos direitos humanos, constituindo um espaço simbólico de reparação moral aos ex-perseguidos políticos e de sensibilização de cidadãos. O Memorial permite que os perseguidos contem sua história sob sua própria perspectiva, o que traz significado diferenciado à narrativa.

O Memorial abrigará acervo documental, área de consulta, grupos de pesquisa, espaços expositivos e de interação com o visitante.

Em 2011, foram empreendidas as seguintes ações para sua implantação:

a) Plano de Trabalho

O Termo de Cooperação celebrado entre a Comissão de Anistia e a Universidade Federal de Minas Gerais foi aditivado com o objetivo de implantar o Memorial da Anistia Política. O documento atualiza as informações, realiza um balanço financeiro do projeto, reafirma o Plano de Trabalho inicial e estabelece um novo prazo de vigência.

Foram realizadas cinco reuniões entre os membros da Comissão de Implantação do Memorial, composto por servidores públicos e conselheiros da Comissão de Anistia, para discutir os projetos executivos e a definição do cronograma. Como resultado, o Plano de Trabalho para a licitação de obras venceu as dificuldades apresentadas em 2010, geradas pelo atraso por parte de fornecedores da entrega de alguns dos projetos executivos.

Em 13 de dezembro de 2011, a Comissão de Anistia promoveu audiência pública em Belo Horizonte para fazer um balanço da construção do Memorial e apresentar perspectivas para 2012. Na ocasião foi oficialmente entregue pela UFMG o cronograma físico estimativo com o planejamento de ações que previa o prazo de finalização das obras em dezoito meses, contados a partir de seu início, pós-licitações. O Memorial é constituído por um prédio histórico, que será reformado e torna-se-á espaço de exposições de longa duração, e por um novo prédio anexo que irá compor o Centro de Pesquisa e de Documentação e a nova sede administrativa da Comissão de Anistia.



Foto 1: Audiência Pública em Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2011.



Foto 2: Audiência Pública em Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2011.

b) Plano de Trabalho da Curadoria e Museografia

Para a elaboração do Mapa Curatorial, documento que orienta a produção do roteiro museográfico, foram realizadas quatro reuniões e uma visita técnica ao Museu da Memória e dos Direitos Humanos e a Vala Grimaldi – Parque da Paz, ambos em Santiago no Chile, em novembro de 2011.

Na audiência pública realizada em Belo Horizonte, foi constituída a metodologia de detalhamento de cada sala de exposição de longa duração, estabelecendo agenda de trabalho.

Em reunião com as equipes de arquitetura e museografia da UFMG, no dia 24 de novembro de 2011, foram realizadas discussões técnicas sobre a finalização do Projeto Museográfico, tratando especificamente de ações previstas no escopo das obras do Memorial. Foi elaborado ainda o cronograma inicial que identifica as ações para o ano de 2012, além das implicações de cada ação no desenvolvimento do projeto e o impacto que possíveis atrasos podem causar à programação. Projetos complementares, que ainda aguardam a contratação de produtores executivos, também foram listados.

c) Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil – CASC

O Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil – CASC foi criado com vistas a dar transparência à execução do projeto de construção e implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil, bem como possibilitar a participação da sociedade civil na elaboração das diretrizes do Memorial, especialmente no que se refere aos seus objetivos e curadoria. Seus membros foram designados em 2011.

Nesse mesmo ano, foram realizadas duas reuniões com membros do CASC. Uma no dia 24 de agosto, nas dependências do Palácio da Justiça, em Brasília, e outra no dia 13 de dezembro, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Nestas ocasiões foram apresentados relatórios parciais da execução do Plano de Trabalho estabelecido no Termo de Cooperação e foram colhidas sugestões e observações dos colaboradores.

A reunião do dia 13 de dezembro reuniu todos os parceiros e colaboradores do projeto: CASC, Associação de Amigos do Memorial da Anistia – AAMA (criada por um grupo de incentivadores do projeto), Conselheiros da Comissão de Anistia e as Comissões de Implantação do Memorial da Anistia pela UFMG e pelo Ministério da Justiça. Na ocasião, foram apresentados o Projeto Arquitetônico com respectivo Programa de

Uso, as linhas narrativas do Mapa Curatorial, o andamento das pesquisas no âmbito do projeto Repúblicas e o Projeto Museográfico em desenvolvimento.

3.2. Projeto Marcas da Memória

O projeto Marcas da Memória expande a reparação individual para um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado autoritário, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um período que precisa ser lembrado e abordado sob os auspícios democráticos.

A iniciativa permite que a sociedade conheça o passado e dele extraia lições para o futuro, reiterando a premissa de que apenas conhecendo o arbítrio estatal do passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da memória um caminho para a reflexão crítica e aprimoramento das instituições democráticas.

O projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a organizações da sociedade civil, evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais, em respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica, à memória e à reparação, disseminando valores imprescindíveis a um Estado de Direito.

Em 2011, o projeto Marcas da Memória contou com as seguintes realizações:

Lançamento do filme “Vou contar para meus filhos”

Produzido em parceria com o Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco, o filme de Tuca Siqueira retrata a história de 24 mulheres que entre 1969 e 1975 estiveram detidas na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor em Recife, Pernambuco.

O lançamento do filme ocorreu nos dias 16 e 17 de junho, no Cineteatro Apolo, em Recife/PE, e contou com grande público. Noticiado em mais de cinquenta veículos da imprensa nacional, exibido em atividades da Semana da Anistia e em diversos fóruns de discussão nacionais e internacionais sobre o tema, o filme conta com ampla solicitação e recepção pela sociedade civil, contabilizando um público estimado em mais de três mil pessoas, só para o ano de 2011.



Capa do filme.



Lançamento do filme com a presença das protagonistas.

Exposição “Anistia e Democracia: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”

A exposição itinerante, fruto de um projeto com a ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação –ALICE, do Rio Grande do Sul, expôs fotografias do acervo da Comissão de Anistia e do Arquivo Nacional como instrumento de sensibilização e de resgate histórico da anistia política e da justiça de transição, sendo composta por 30 painéis desmontáveis com fotos e textos sobre ditadura, anistia e o trabalho da Comissão de Anistia. Em 2011 a exposição passou pelos seguintes locais:

Local	Período
Pontifícia Universidade Católica, em Porto Alegre (RS), no âmbito do Congresso Internacional de História	18 a 28 de maio
Colégio João XXIII, em Brasília (DF)	28 a 30 de junho
Superior Tribunal de Justiça, em Brasília (DF), no âmbito do II Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição	6 a 8 de julho
Ministério da Justiça, em Brasília (DF)	22 a 26 de agosto
Assembleia Legislativa, em Recife (PE), no âmbito da 51ª Caravana da Anistia	30 de setembro
Fortaleza de São José, em Macapá (AP)	22 a 26 de novembro



Cartaz da exposição.



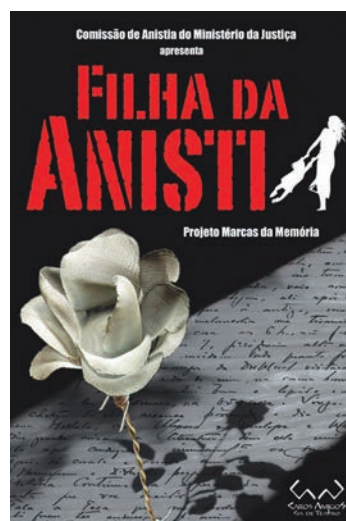
Exposição em Macapá (AP) – Foto: Paulino Menezes.

Teatro “Filha da Anistia”

A peça teatral “Filha da Anistia” conta a história de Clara, uma jovem que parte em busca do pai que nunca conheceu e acaba descobrindo um passado de mentiras e omissões forjado durante os anos de chumbo no Brasil.

De autoria da Caros Amigos Cia de Teatro, a circulação da peça, seguida de debates com convidados e a platéia, foi realizada em parceria com a Associação de Pesquisadores Sem Fronteira, passando pelos seguintes locais:

Local	Período
Teatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza (CE)	23 a 26 de março
Teatro Apolo, em Recife (PE)	31 de março a 3 de abril
Teatro de Arena, em Porto Alegre (RS)	7 a 9 de abril
Teatro da UNIRIO, no Rio de Janeiro (RJ)	14 a 17 de abril
Teatro Nacional, em Brasília (DF)	25 a 27 de novembro



Flyer de divulgação da peça.



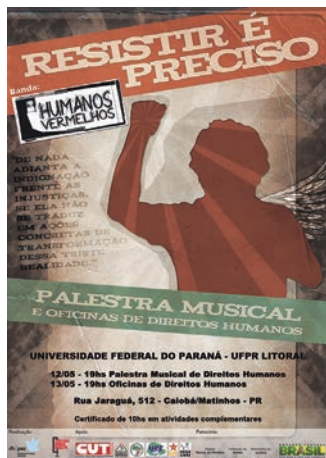
Apresentação no Teatro Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza (CE).

Projeto “Resistir é preciso”

Esse projeto promoveu a reflexão e o debate sobre cidadania, direitos humanos e o período ditatorial no Brasil. Para tanto, utilizou-se de metodologia diferenciada de aproximação com o público. A partir da apresentação de um show de músicas inéditas, produzidas e apresentadas pela Banda Humanos Vermelhos, propôs oficinas sobre a anistia política e temas afins de direitos humanos, relacionando questões históricas com o momento atual. O projeto criou Espaços Culturais de Direitos Humanos (grupos temáticos de articulação e discussão) por mais de vinte instituições de ensino do Paraná, tendo alcançado um público de 9.400 pessoas. A implementação do projeto foi pela OSCIP Sociedade Direitos Humanos para a Paz – SDHPaz, com apoio do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná.

O projeto foi apresentado no IV Encontro sobre Estratégias de Divulgação e Preservação da Memória que aconteceu nos dias 24 e 27 de fevereiro de 2011, em Pirenópolis – GO. Na ocasião, o Coordenador do projeto apresentou a programação das palestras musicais, abaixo relacionadas:

Local	Período
Universidade Federal do Paraná – Campus Ciências Agrárias, Curitiba/PR	21 de março de 2011
FAPI – Faculdade Pinhais, Pinhais/PR	29 e 30 de março de 2011
UNIUV – Centro Universitário de União da Vitória, Cine Luz/PR.	16 de abril de 2011
FANEESP, Auracária/PR	19 de abril de 2011
UNIBRASIL, Curitiba/PR	25 de abril de 2011
FACECLA – Faculdade Cenecista de Campo Largo, Campo Largo/PR	30 de abril de 2011
UFPR – Matinhos, Matinhos/PR	12 de maio de 2011
PUC, Curitiba/PR	20 de maio de 2011
INEC – Faculdade de Castro, Castro/PR	23 de maio de 2011
Universidade Positivo, Curitiba/PR	26 de maio de 2011
Instituto Superior do Litoral do Paraná – ISULPAR, Paranaguá/PR	30 de maio de 2011
PUC – São José dos Pinhais, São José dos Pinhais/PR	2 de junho de 2011
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Jacarezinho/PR	11 e 12 de agosto de 2011
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA, Apucarana/PR	18 e 19 de agosto de 2011
Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, Guarapuava/PR	5 de setembro de 2011
UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR	14 de setembro de 2011
FACINTER-Uninter – Faculdade Internacional de Curitiba, Curitiba/PR	27 de setembro de 2011
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu/PR	14 de outubro de 2011
ISEPE – Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, Guaratuba/PR	17 de outubro de 2011
FAEC – Faculdade Educacional de Colombo, Colombo/PR	20 e 21 de outubro de 2011
UEPG, Ponta Grossa/PR	24 de outubro de 2011
UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR	31 de outubro de 2011
Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá/PR	7 de novembro de 2011
Londrina – PR	9 de novembro de 2011
Colégio Mafrense	17 de novembro de 2011
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati/PR	19 de novembro de 2011



Cartaz de divulgação da palestra musical.

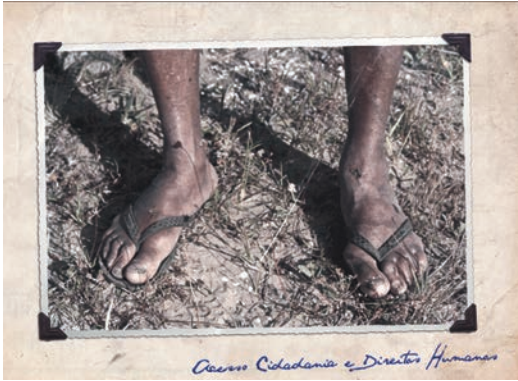


Palestra musical realizada na FACECLA – Faculdade Cenecista de Campo Largo, em Campo Largo/PR.

Projeto “Ainda hoje existem perseguidos políticos”

Realizado em parceria com a ONG ACESSO – Cidadania e Direitos Humanos, do Rio Grande do Sul, o projeto promoveu seminários, oficinas, material didático-pedagógico e filme documentário sobre o direito à memória e à verdade, liberdades democráticas e anistia política, passando por diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a saber:

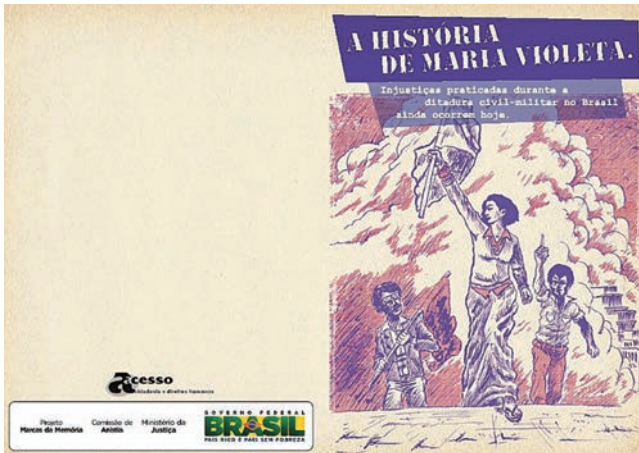
Local	Período
Seminário para defensores de direitos humanos e advogados populares, em Porto Alegre/RS	28 de maio de 2011
Seminário para mulheres do campo e da cidade, em Viamão/RS	2 de julho de 2011
2 Oficinas temáticas em comunidades quilombolas do interior do RS Oficina: O movimento quilombola e a Justiça de Transição: pautas para uma aproximação, realizadas nos quilombos Limoeiro e Casca Município Palmares do Sul/RS Município Mostardas/RS	29 de outubro de 2011 26 de novembro de 2011
2 Oficinas temáticas em universidade de Porto Alegre/RS Oficina: Justiça de Transição e direitos humanos: uma necessária discussão. Centro universitário metodista – IPA, Porto Alegre – RS	7 de novembro de 2011
Oficina em casa de juventude integrante do Projeto Território da Paz do RS Oficina: Desvendando a ditadura civil-militar e a Anistia Política no Brasil com os jovens do protejo/Canoas, Município Canoas/RS	3 de novembro de 2011
Oficina em escola pública de comunidade da periferia de Porto Alegre/RS Oficina: Dialogando com as juventudes sobre Justiça de Transição. Escola estadual Oscar Tollens – Porto Alegre/RS	5 de dezembro de 2011
Oficina voltada para o público que debate a temática da diversidade sexual. Oficina: Roda de diálogos ditadura, direitos humanos e a luta LGBTT. Auditório do IAB, Porto Alegre/RS	30 de novembro de 2011



Capa do foto-livro.



Seminário Mulheres do campo e da cidade, em Viamão/RS, com a participação da CA.



Cartilha “A história de Maria Violeta”.



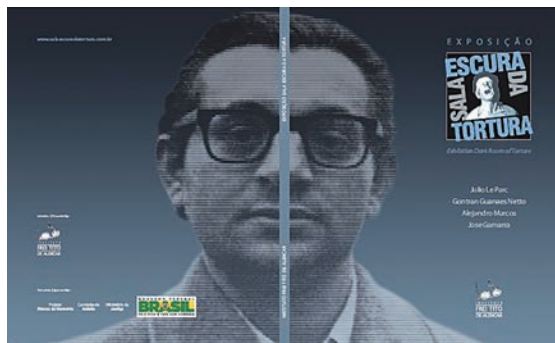
Imagem do box do projeto.

Exposição “Sala escura da tortura”

Essa Exposição mostra sete telas pintadas a óleo pelos artistas argentinos Júlio Le Parc e Alexandre Marco, pelo brasileiro Gontran Guanaes Netto e pelo espanhol Jose Gamarra, com cenas de torturas vividas pelos presos políticos, retratadas a partir das denúncias feitas por Frei Tito de Alencar na década de 1960. Após a inauguração da Exposição em cada cidade, houve debates sobre a Comissão da Anistia e assuntos atinentes. Visitaram a exposição mais de duas mil e quinhentas pessoas. O projeto conta, ainda, com a publicação do catálogo da Exposição e do livro Sala Escura da Tortura, com os relatos das formas de tortura aplicadas aos cidadãos.

A circulação da Exposição por cidades brasileiras foi realizada em parceria com o Instituto Frei Tito de Alencar, do Ceará:

Local	Período
Faculdade de Direito da USP, em São Paulo/SP	18 a 19 de março
Palácio Rio Negro, em Petrópolis/RJ	10 a 21 de agosto
Faculdade de Direito da UFF, em Niterói/RJ	24 de agosto a 16 de setembro
Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte/MG	26 de setembro a 28 de outubro
Museu Nacional, em Brasília/DF	3 a 20 de novembro



Catálogo da exposição.



Telas integrantes da exposição – Foto: Paulino Menezes.



Foto do público da abertura da exposição de Petrópolis.



Foto do público e da mesa de abertura da exposição em Brasília.

No mês de maio de 2011, foi realizada a II Chamada Pública do projeto Marcas da Memória, que resultou na seleção de 21 (vinte e um) projetos para execução no ano de 2012. Os projetos selecionados, em sua maioria, possuem caráter cultural e artístico, representando, para a Comissão de Anistia, a abertura de uma nova frente de atuação e a possibilidade de alcançar e sensibilizar novos públicos para a temática.

Eventos realizados em parceria com conveniados:

Durante o ano de 2011, a Coordenação de Projetos e Políticas de Reparação e Memória Histórica acompanhou a realização de diversos eventos para promover os resultados dos convênios firmados.

Os governos de Pernambuco e do Ceará realizaram a “Semana Marcas da Memória”, aproveitando a presença dos projetos em seus estados.

A Semana Marcas da Memória em Pernambuco ocorreu entre 30 de março e 4 de abril. Entre as atividades, instalou-se a placa em homenagem aos ex-presos políticos da Casa da Detenção, o lançamento do livro “Segredos de Estado: o desaparecimento de Rubens Paiva”, de Jason Tércio, a exibição da peça teatral “Filha da Anistia” e o Seminário Justiça de Transição. Além disso, a Semana promoveu visita ao memorial do Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, onde se encontra o acervo documental sobre as Ligas Camponesas, e a inauguração de praça em homenagem ao militante João Leonardo da Silva Rocha (Zé Careca), no município de Itapetim. Estas atividades foram acrescidas pelo lançamento do projeto “Memorial da Democracia de Pernambuco”, entregue pelo governador à Prefeitura do Recife e à Universidade Católica de Pernambuco, parceiros da iniciativa. O Memorial será instalado no Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco.

História Oral

O projeto História Oral da Anistia Política do Brasil teve início em 2010 com o objetivo de reconstruir a memória dos períodos de repressão vividos pelo país, por meio de depoimentos, obtidos de fontes orais e audiovisuais, de pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura, a partir de 108 entrevistas realizadas por professores e pesquisadores e suas equipes.

Segundo a coordenadora do projeto junto a UFRJ, Prof^a. Maria Paula Nascimento Araújo, as entrevistas foram colhidas com o objetivo de traçar um painel amplo, diversificado e representativo de pessoas envolvidas com o tema da anistia no país: presos políticos de vários períodos, de diversas orientações políticas, exilados, banidos, vítimas de torturas, familiares de mortos e desaparecidos, advogados, militantes de movimentos de direitos humanos, militantes do movimento pela anistia, pessoas que pediram ou estão pedindo anistia e reparação, pessoas que não conseguiram obter o benefício, pessoas que não pediram porque discordam da reparação.

Para tanto, foi firmado Termo de Cooperação com as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Rio Grande do Sul (UFRGS) e Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como principal fonte de financiamento o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD, do Ministério da Justiça. Durante este ano de 2011, foram entrevistadas 81 pessoas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Piauí e Rio Grande do Sul. O encerramento da pesquisa está previsto para 2012.

Do projeto resultarão um DVD que conterá as entrevistas realizadas, para compor os acervos do Memorial da Anistia Política do Brasil, das bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes, e uma publicação. Além disso, as universidades parceiras realizarão, em 2012, seminários nacional e internacional para discutir o tema da história oral, memória e reparação, como forma de aprofundar o debate e divulgar o trabalho realizado.

3.3. Projeto Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos

3.3.1. Ações Educativas

A Comissão de Anistia vem implementando, desde 2008, ações educativas em direitos humanos com vistas a resgatar, discutir e divulgar a memória política brasileira a respeito do período ditatorial junto à sociedade civil e órgãos estatais. Entre suas principais ações encontram-se as **Caravanas da Anistia, as Anistias Culturais e a realização de Seminários**. Por ocasião da comemoração dos 10 anos da Comissão da Anistia, foi realizada uma programação especial para a Semana da Anistia.

A Semana da Anistia foi composta por atividades promovidas em 17 estados da federação, por meio do apoio de diversas entidades parceiras. Nos últimos quatro anos, quase trezentos parceiros engajaram-se nas atividades educativas promovidas pela Comissão de Anistia, sendo que somente em 2011, contou-se com o apoio de mais de oitenta instituições.

Os parceiros foram fundamentais para a difusão do trabalho da Comissão, para a mobilização do público participante, para a inserção da temática nos jornais locais e para a continuidade da discussão deste tema em outros fóruns. Considerando que o trabalho da Comissão era relativamente desconhecido, essas atividades contribuíram para dar visibilidade a esta política pública federal, dar transparência às ações, para informar

e sensibilizar a sociedade para a importância da Justiça de Transição no País. Pode-se afirmar que ao longo desses anos muitos parceiros tornaram-se verdadeiros pilares de sustentação do tema da justiça de transição e da anistia política no Brasil.

Isto tem sido possível uma vez que a Comissão tem incentivado os parceiros a serem autônomos e multiplicadores, a fim de que continuem disseminando o tema em outras ocasiões, promovendo localmente debates, oficinas pedagógicas, exibição de filmes, entre outros, seja em universidades, escolas ou outros espaços públicos. Entende-se que a reparação, especialmente no que se refere ao seu caráter simbólico, deve ser amplamente democrática e socialmente incorporada.

A pluralidade de parceiros engajados demonstrou que o tema da anistia política não se encontra restrito aos grupos de ex-perseguidos políticos e, tampouco, se constitui em assunto “do passado”. A quantidade de parceiros mobilizados comprova que o tema é de interesse, mesmo que sua importância ainda não esteja clara para toda a sociedade. Deste modo, neste ano, pôde-se avaliar que a crescente demanda de entidades para formar parcerias com a Comissão revelou o crescente grau de comprometimento da sociedade com os processos justransicionais brasileiros.

Instituições parceiras em 2011

1. Acesso Cidadania e Direitos Humanos
2. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
3. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
4. Associação Brasileira de Imprensa
5. Associação de Alunos Centro Acadêmico Leão XIII (PUC/SP)
6. Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e
7. Pensionistas
8. Câmara Municipal de Vereadores de Recife
9. Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu
10. Centro Acadêmico 22 de Agosto (Direito, PUC/SP)
11. Centro Acadêmico de 1 de Maio (Direito, UFMA)
12. Centro Acadêmico de Letras Clarice Lispector (USP)
13. Centro Acadêmico de Psicologia (UFMA)
14. Centro Acadêmico XI de Agosto (USP)
15. Centro Cultural Manoel Lisboa
16. Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu
17. Centro de Estudos de Educação Popular do Município de Paudalho/PE
18. Centro Universitário de João Pessoa
19. Centro Universitário Newton Paiva
20. Comissão de Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco
21. Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP – Jales
22. Comitê da Verdade Memória e Justiça de Pernambuco
23. Comitê Goiano da Verdade
24. Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina
25. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
26. Conselho de Defesa da Pessoa Humana do Estado de São Paulo
27. Diretoria Regional de Ensino de Jales
28. Escola de Administração Pública do Amapá
29. Escola Objetivo de Jales

30. Escola Anglo de Jales
31. Escola Objetivo da Paranaíba
32. Faculdade Católica de Rondônia
33. Faculdades Integradas de Paranaíba
34. Fórum da Cidadania de Jales
35. Fórum dos Ex-presos Políticos de São Paulo
36. Gabinete de Assessoria Política às Organizações Populares
37. Governo do Estado da Bahia
38. Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade
39. Grupo de Cordelistas do Centro da Juventude de Recife
40. Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição
41. Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia
42. Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo
43. Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná
44. Instituto Frei Tito de Alencar
45. Instituto Sedes Sapientiae
46. Juspopuli – Escritório de Direitos Humanos
47. Memorial da Resistência de São Paulo
48. Memorial Marighella Vive
49. Ministério da Justiça
50. Ministério Público/Pernambuco
51. Ministério Público/Rondônia
52. Movimento de Justiça e Direitos Humanos
53. Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco
54. Núcleo de Preservação da Memória Política
55. Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rondônia
56. Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo
57. Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco
58. Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio de Janeiro
59. Ordem dos Advogados do Brasil Seccional São Paulo
60. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
61. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
62. Prefeitura Municipal de Paranaíba
63. Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública da Bahia
64. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
65. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
66. Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco
67. Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Justiça do Acre
68. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã
69. Serviço de Assistência Jurídica Universitária da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
70. Site de Notícias Maranhão Hoje
71. Sociedade Direitos Humanos para a Paz
72. Subsecretaria Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo

73. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
74. União Nacional dos Estudantes
75. UNIJALES – Curso de História
76. Universidade de Brasília – Projeto Rondon
77. Universidade Estácio de Sá
78. Universidade Estadual da Paraíba
79. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
80. Universidade Estadual de Pernambuco
81. Universidade Estadual de Santa Catarina – Projeto Rondon
82. Universidade Federal da Bahia
83. Universidade Federal da Integração Latino-Americana
84. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
85. Universidade Federal de Pernambuco
86. Universidade Federal de Roraima
87. Universidade Federal do Maranhão
88. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
89. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em parceria com estas entidades, em 2011, a Comissão de Anistia promoveu as seguintes atividades:

3.3.2. Caravanas da Anistia

O projeto “Caravanas da Anistia”, sessões itinerantes dos julgamentos de pedidos de anistia, foi criado em 2008 com o intuito de possibilitar um maior acesso à justiça (reparação material e moral) e ao direito (à memória e à verdade), conforme explicitam seus principais objetivos:

- Promover a reparação econômica, moral e simbólica aos perseguidos políticos;
- Preservar da memória dos atingidos durante os regimes de exceção, valorizando a narrativa pessoal sobre a perseguição;
- Fortalecer a busca pela verdade reconhecendo que houve violações de direitos humanos e para que os cidadãos ofereçam uma resistência à repetição destes atos;
- Disseminar informações para as novas gerações em relação ao significado da anistia e aos direitos humanos com o objetivo de fortalecer a democracia e o Estado de Direito;
- Capacitar atores governamentais e sociais sobre as principais dimensões da Justiça de Transição para que haja multiplicadores das propostas e de valores.

Neste sentido, oferece maior transparência às ações de reparação e garante a participação da sociedade civil num dos processos de reparação pública mais contundentes que o Estado brasileiro colocou em prática desde a criação da Comissão de Anistia: o pedido oficial de desculpas do Estado pelos erros cometidos durante os períodos ditatoriais do Séc. XX no Brasil.

Por meio das apreciações públicas dos requerimentos de anistia política, a população pode ter acesso ao julgamento dos requerimentos e suas decisões – a reparação econômica e, especialmente, ao que se denomina reparação moral. Esta diz respeito ao pedido de desculpas do Estado, bem como à oportunidade que se abre aos ex-perseguidos políticos para compartilharem com o público o testemunho de sua história, de modo a resgatar, preservar e honrar esta memória.

Em 2011, foram realizadas seis Caravanas da Anistia, nas quais foram apreciados noventa requerimentos de anistia política. Nestas edições, os principais homenageados foram Dom Paulo Evaristo Arns, Brigadeiro Rui Moreira Lima, João Goulart, Leonel Brizola, Gregório Bezerra, Carlos Marighella e seis militantes desaparecidos em Foz do Iguaçu.

Entre os anos de 2008 a 2011 foram realizadas cinquenta e três Caravanas da Anistia, que percorreram 18 estados brasileiros e Distrito Federal (Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe) e trinta cidades (Anápolis; Aracaju; Belém; Belo Horizonte; Betim; Brasília; Caxias do Sul; Charqueadas; Curitiba; Fortaleza; Foz do Iguaçu; Florianópolis; Goiânia; João Pessoa; Maceió; Natal; Niterói; Pelotas; Porto Alegre; Recife; Rio Branco; Rio de Janeiro; Salvador; São Bernardo do Campo; São Domingos do Araguaia; São Leopoldo; São Luís; São Paulo; Uberlândia; Vitória; Volta Redonda). Estima-se que um público de mais de vinte mil pessoas tenha participado das atividades neste período de quatro anos.

Resumo das Caravanas da Anistia realizadas em 2011

48ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 18 de março de 2011

Realizada no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), sede de importantes manifestações políticas no período da ditadura, a Caravana marcou o início das comemorações dos dez anos da Comissão de Anistia e teve três momentos distintos. Primeiramente foi inaugurado o auditório Dom Paulo Evaristo Arns, após foi realizada a cerimônia de abertura da Caravana, que contou com a presença de mais de setecentas pessoas, em sua maioria estudantes, e com a participação do Ministro de Estado da Justiça. Foram julgados quatro processos de ex-perseguidos políticos radicados em São Paulo. Por fim, já na Faculdade de Direito da USP, a Comissão realizou a abertura da exposição “Sala Escura da Tortura”, organizada pelo Instituto Frei Tito Alencar, do Ceará, no âmbito do Projeto “Marcas da Memória”, da Comissão de Anistia.





Parceiros: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Centro Acadêmico 22 de Agosto (Direito, PUC/SP); Associação de Alunos Centro Acadêmico Leão XIII (PUC/SP); Centro Acadêmico de Letras Clarice Lispector (USP); Centro Acadêmico XI de Agosto (USP); Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST); Memorial da Resistência de São Paulo; Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo; Fórum dos Ex-presos Políticos de São Paulo; Núcleo de Preservação da Memória Política; Conselho de Defesa da Pessoa Humana do Estado de São Paulo e Instituto Frei Tito de Alencar.

49ª Caravana da Anistia, Rio de Janeiro – RJ

Data: 30 de abril de 2011

Marcando a comemoração dos 10 anos da Comissão de Anistia, esta atividade teve lugar na sede da Associação Brasileira de Imprensa, local que abrigou a primeira Caravana, no ano de 2008. Na ocasião homenageou-se o Brigadeiro Rui Moreira Lima, um dos heróis da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, que recebeu sua portaria de anistiado político das mãos do Ministro da Justiça. A sessão de apreciação de requerimentos julgou os processos de sete ex-perseguidos políticos cariocas.



Parceiros: Associação Brasileira de Imprensa; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas; Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio de Janeiro; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; União Nacional dos Estudantes, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; União Estadual dos Estudantes, Fundação Getúlio Vargas.

50ª Caravana da Anistia, Porto Alegre – RS

Data: 25 e 26 de agosto de 2011

No Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRGS foi realizada a 50ª Caravana da Anistia, que encerrou as atividades que compuseram a Semana da Anistia em comemoração aos 10 anos da Comissão de Anistia. A Caravana foi composta por seminário, com o tema “Da Legalidade à Redemocratização: Desafios de Efetivação dos Direitos Humanos no Brasil”. No dia seguinte, com a presença da Ministra dos Direitos Humanos, do Reitor da UFRGS, Carlos Alexandre Netto, do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Adão Villaverde, entre outras autoridades, foram homenageados o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola pelas suas contribuições para a democracia, especialmente pela ocasião das comemorações aos 50 anos da Campanha da Legalidade. Durante a sessão de apreciação de requerimentos, foram julgados os processos de trinta e cinco ex-perseguidos políticos gaúchos.

Parceiros: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Serviço de Assistência Jurídica Universitária da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU); Acesso Cidadania e Direitos Humanos; Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.



51ª Caravana da Anistia, Recife – PE

Data: 30 de setembro de 2011

Na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco foram apreciados os pedidos de anistia política de vinte e um pernambucanos. Entre eles o do músico Geraldo Azevedo, de Francisco Julião e do juiz do Tribunal Regional do Trabalho, Theodomiro Romero dos Santos, único ex-perseguido condenado à morte pela Justiça Militar. Na ocasião

foram prestadas homenagens a Gregório Bezerra, símbolo da resistência pernambucana. Durante a sessão de apreciação de requerimentos, foram julgados os processos de vinte e um perseguidos políticos cearenses. Houve ainda exibição do documentário “Vou contar para os meus filhos”, dirigido por Tuca Siqueira. Esta Caravana foi acompanhada da exposição “Anistia e Democracia: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, produzida pela organização não-governamental ALICE.



Parceiros: Comissão de Cidadania da Assembleia Legislativa de Pernambuco; Comitê da Verdade Memória e Justiça; Gabinete de Assessoria Política às Organizações Populares (GAJOP); Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos; Centro Cultural Manoel Lisboa; Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco; Universidade Federal de Pernambuco; Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco; Centro de Estudos de Educação Popular do Município de Paudalho; Grupo de Corde-listas do Centro da Juventude de Recife.

52ª Caravana da Anistia, Foz do Iguaçu – PR

Data: 13 e 14 de outubro de 2011

Antecedida pelo Seminário Internacional “Repressão e Memória Política no Contexto do Cone Sul”, realizado no dia 13 de outubro, no campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Caravana da Anistia, ocorreu no Plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Foram homenageados Aluizio Palmar, Edésio Franco Passos e Benedito Osório Bueno, que receberam suas portarias de anistiado político. Foram também prestadas homenagens aos desaparecidos políticos Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavecchia, Vítor Ramos e Ernesto Ruggia, que teriam sido assassinados no Parque Nacional de Iguaçu, vítimas de uma emboscada.



Parceiros: Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Câmara Municipal de Foz do Iguaçu; Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná; e Sociedade Direitos Humanos para a Paz.

53ª Caravana da Anistia, Salvador – BA

Data: 5 e 6 de dezembro de 2011

No dia 5 de dezembro, no Teatro Vila Velha, foi realizada homenagem ao centenário de nascimento do baiano Carlos Marighella, que durante a vida lutou sob a bandeira do socialismo pela causa dos trabalhadores e da independência socioeconômica nacional, tendo sido assassinado por agentes do DOPS na noite de 4 de novembro de 1969 na capital paulista. Integrando as homenagens realizou-se o lançamento oficial do Memorial Marighella Vive, organizado pelo filho Carlos Augusto Marighella. Neste dia, a Comissão de Anistia promoveu a apreciação do requerimento de anistia de Marighella. No dia seguinte, no Auditório do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, foram apreciados os processos de anistia política de dezesseis baianos e um paulista que sofreram perseguição política durante o período ditatorial.



Parceiros: Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia; Comitê Pró-Memorial Marighella Vive; Governo do Estado da Bahia; Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública; e Juspopuli – Escritório de Direitos Humanos.

3.3.3. Anistias Culturais

As Anistias Culturais caracterizam-se por proporcionar a reflexão de temáticas relativas à questão da anistia política e repressão ditatorial em datas emblemáticas que marcam fatos históricos de luta pela democracia. Apesar de serem abertas ao público em geral, possuem a característica de capacitar os servidores e trazem ao debate questões atuais, referentes aos processos de justiça de transição em curso no país. Com o objetivo de atingir os funcionários da Comissão de Anistia, suas edições ocorrem na sede do Ministério da Justiça.

Além de municiar os funcionários com informação, busca-se sensibilizá-los para que possam analisar os processos considerando seus componentes históricos, políticos e mesmo emocionais, com o objetivo de que não sejam reduzidos a documentos meramente administrativos. Trata-se de uma forma de manter a equipe da Comissão alerta para o fato de que se trabalha diuturnamente com a história e memória de vida de pessoas reais e não apenas com documentos.

Deste modo, a Comissão convida palestrantes para discutir temas específicos em mesas de debate que podem ser acompanhadas por exibição de filmes, apresentações culturais e exposições. Algumas Anistias Culturais contam com sessões de apreciação de processos que representam o tema escolhido para discussão.

Assim como as Caravanas da Anistia, esta atividade vem sendo realizada desde 2008 e atualmente encontra-se em sua 14ª edição. No ano de 2011 foram realizadas duas Anistias Culturais, uma em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e outra para discutir a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos de denúncia associadas à repressão ditatorial e responsabilização do Estado.

Além das Anistias Culturais, diversas outras atividades educativas foram realizadas pela Comissão de Anistia, no ano de 2011, em conjunto com os parceiros, com o intuito de fomentar o debate social e acadêmico sobre os temas da anistia política e da justiça de transição e construindo, assim, a agenda do projeto de educação em direitos humanos desta Comissão.

13ª Anistia Cultural – “Homenagem ao Dia Internacional da Mulher”, Brasília – DF

Data: 15 de março de 2011

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a Comissão de Anistia entregou seis portarias de anistia política a mulheres que se dedicaram a construir a democracia no país, simbolizando a luta de todas as mulheres brasileiras que se engajaram nesta luta. As homenageadas foram: Maria Tereza Goulart, Damaris Oliveira Lucena, Denise Crispim, Rose Nogueira, Sônia Hypólito e Rita Sipahi. Em seguida, foram apreciados os processos de quatro outras militantes por uma mesa de julgamento composta apenas por conselheiras e presidida pela vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato. Por fim, foi composta mesa de debate com as palestrantes Luiza Erundina e Ana Maria Araújo Freire sobre a importância da mulher nas campanhas pelos direitos humanos e contra o regime de exceção.

B-2 Anistia Cultural

"A participação das mulheres na defesa dos direitos humanos."



O Ministério da Justiça, por meio de sua Comissão de Anistia, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da 13ª Anistia Cultural em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

O evento, que terá como tema "A Participação das Mulheres na Defesa dos Direitos Humanos", será composto por um Ato de Abertura Solene com entrega de portarias de anistia para mulheres perseguidas politicamente, seguido de Sessão Especial de julgamento de requerimentos de Anistia Política de mulheres que enfrentaram o regime de repressão e uma Mesa de Debates. Na oportunidade, simbolicamente, a turma julgadora da Comissão de Anistia será composta exclusivamente por mulheres.

A atividade contará com as presenças do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Excelentíssimas Sras. Ministras-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Irmay Lopes, da Secretaria de Estado da Mulher do GDF, Olgamir Amância, dentre outras autoridades dos três poderes da República.

Data: 15 de março de 2011 (terça-feira)
Local: Salão Negro do Palácio da Justiça, Brasília / DF
Horário: 9h

Secretaria de Estado da Mulher do GDF | GDF | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres | Secretaria de Direitos Humanos | Comissão de Anistia | Ministério da Justiça | BRASIL PAZ, JUSTIÇA E PAZ SEM FOMEÇA

Anistia Cultural – “Justiça de Transição e Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, Brasília – DF

Data: 16 de maio de 2011

Esta Anistia Cultural teve por objetivo capacitar os servidores da Comissão de Anistia, por ocasião da presença no Brasil do subdiretor do Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade do Chile, Claudio Nash Rojas, que proferiu palestra no Palácio da Justiça a respeito da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como sobre o processo de transição ocorrido no Chile. Ainda com o objetivo de realizar atividades educativas, a Comissão de Anistia apoiou a promoção de seminários nacionais, vinculou-se a projeto de extensão na proposição e realização de oficinas temáticas e organizou cineclubes nas dependências do Ministério da Justiça.

Conferência sobre o Cumprimento da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Araguaia

Data: 22 de fevereiro de 2011

Esta conferência foi realizada com o objetivo de discutir o cumprimento da sentença da CIDH no Caso Araguaia. Para tanto, foram instaladas quatro mesas em que foram expostos os seguintes temas: as iniciativas do Ministério Público Federal; a OAB na busca pela verdade e justiça: os embargos no STF; o papel da Comissão de Anistia e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; a execução da sentença da Corte Interamericana no plano interno; e o papel do Legislativo. Estiveram presentes diversas autoridades, entre elas a ministra dos Direitos Humanos, o presidente da Comissão de Anistia, o Advogado-Geral da União, procuradores federais, juizes e professores de notório saber na área do Direito, além de deputados federais e estaduais. **Parceiros:** Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio de Janeiro, Procuradoria Geral da República, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Carta Capital.

Seminário “Da legalidade à redemocratização: desafios de efetivação dos direitos humanos no Brasil”, Porto Alegre – RS

Data: 25 de agosto de 2011

No dia 25 de agosto de 2011, foi realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o seminário “Da legalidade à redemocratização: desafios de efetivação dos direitos humanos no Brasil”. O Seminário contou com três mesas de debate que versaram sobre discussões atuais a respeito da violência do Estado ontem e hoje, dos legados da ditadura militar brasileira e os desafios atuais para a concretização dos direitos humanos no país. Para tanto, foram convidados professores doutores das áreas do Direito, da História e da Antropologia Social, bem como ex-perseguidos políticos e atuais lideranças comunitárias e militantes de direitos humanos.

O Seminário contou também com a exibição do documentário “Arquivos da Cidade”, de Felipe Diniz e Luciana Knijnik, que apresenta os depoimentos de seis ex-perseguidos políticos gaúchos a respeito da resistência e perseguição ocorrida no Rio Grande do Sul. Houve também sessão de autógrafos dos livros “Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio”, de Juremir Machado; “Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa”, de Carla Rodeghero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade; e “68 A geração que queria mudar o mundo: relatos”, organizado por Eliete Ferrer.

Parceiros: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Serviço de Assessoria Jurídica da Faculdade de Direito da UFRGS, Acesso Cidadania e Direitos Humanos e Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Parceria com o Projeto Rondon/UnB e Projeto Rondon/UDESC

O Projeto Rondon-UnB, uma ação do governo federal executada pela Universidade de Brasília desde 2005 e tem como objetivos: estimular no universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas; contribuir para a formação do universitário como cidadão; integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País; consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.

Mais especificamente, o Projeto Rondon é um espaço de formação e ação multidisciplinar, que possibilita ao estudante a construção de projetos sociais multidisciplinares e, sua consequente aplicação em comunidades com baixo IDH.

A preparação dos alunos envolvidos e organização das oficinas pedagógicas que serão levadas para estas comunidades de baixo IDH, ocorrem por meio de uma disciplina de extensão universitária que trata de oito áreas principais: saúde; cultura e arte; direitos humanos e cidadania; educação; meio ambiente; tecnologia e produção; comunicação; trabalho.

A Comissão de Anistia, em função de sua atuação na área da educação em direitos humanos, foi convidada a apresentar aos 480 estudantes, alunos da disciplina de extensão do primeiro semestre de 2011, os trabalhos que desenvolve nos campos da reparação e da memória. Este encontro teve como resultado a inserção do tema “Anistia Política e Democracia” nas discussões do semestre e proposições de oficinas que foram oferecidas em julho no interior dos estados de Santa Catarina e Paraná.

Operação Fronteiras do Projeto Rondon na Região Oeste do Paraná e de Santa Catarina

Como continuidade esta parceria, a Comissão de Anistia participou da Operação Fronteira 2011 do referido Projeto Rondon entre os dias 11 a 15 de julho, na região oeste de Santa Catarina e Paraná. Cerca de setenta estudantes de diversos cursos de graduação da UDESC, UnB e Projeção/Brasília voluntariamente trabalharam como mediadores em oficinas em atenção às comunidades carentes da região. A Comissão de Anistia, por sua vez, contribuiu com oficinas sobre o tema da Anistia Política.

Sob responsabilidade da Comissão de Anistia, que contratou uma consultora por meio da cooperação internacional com o PNUD para conduzir este trabalho, foram realizadas seis oficinas pedagógicas e palestras a sobre o tema “Anistia Política e Democracia” nas cidades de Barracão, no Paraná, e Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Princesa, Bom Jesus do Sul e Guarujá do Sul, em Santa Catarina. O público total foi estimado em trezentas pessoas, entre estudantes de ensino médio, gestores municipais, profissionais de segurança pública, idosos, entre outros.

As cidades de Barracão/PR e Dionísio Cerqueira/SC são conturbadas e compõem tríplex fronteira com o município argentino de Bernardo de Irigoyen (Argentina, Santa Catarina e Paraná). Estes municípios foram intensamente militarizados durante a ditadura militar e até hoje são considerados área de segurança nacional. A região foi palco de várias perseguições políticas em função das possibilidades facilitadas de fuga proporcionadas pela fronteira seca entre Brasil e Argentina. Além disso, tendo sido amplamente ocupada por agricultores provindos do Rio Grande do Sul entre os anos 1950 e 1970, os moradores desta região também sofreram perseguição política devido ao apoio aos Grupos dos Onze.

Oficina para estudantes de pedagogia

Alunos do curso de pedagogia e professoras de escolas do ensino fundamental e médio assistiram ao vídeo “30 Anos da Comissão de Anistia” e em seguida debateram sobre temas relativos à anistia política, direitos humanos, democracia, repressão, suas relações entre passado e presente e, especialmente, o importante papel dos professores na elucidação dos alunos a respeito desses temas e a atual relevância de se aprofundar o ensino sobre este período nas aulas de história.

Cineclube

Em mais uma iniciativa para capacitar seus funcionários, a Comissão de Anistia iniciou o projeto “Cineclube”. Foram exibidos doze filmes, entre curtas e longas metragens, todos com temas relacionados ao período ditatorial brasileiro ocorrido entre 1964 e 1985, além de um documentário sobre a repressão em “El Salvador. Após a exibição dos filmes, os funcionários debateram os temas retratados com conselheiros da Comissão de Anistia e ex-perseguidos políticos convidados. A Programação contou a apresentação dos filmes: Valeu a Pena, 15 Filhos, Vala Comum, Que Bom te Ver Viva, Zuzu Angel, Ação entre Amigos, Camponeses do Araguaia, a guerrilha vista por dentro, Pra frente Brasil, O que é isso, Companheiro?, Hércules 56, El Salvador, e Martírio de um Povo.

Semana da Anistia

Por ocasião da comemoração dos 10 anos da Comissão da Anistia, foi realizada a Semana da Anistia, entre 22 e 26 de agosto de 2011, em dezessete estados brasileiros. Foi uma realização inédita, em que a Comissão de Anistia acionou os parceiros e descentralizou a organização das atividades, tendo sido os parceiros os protagonistas e a Comissão a apoiadora. O interesse dos parceiros comprovou o crescente compromisso da sociedade civil com o tema da anistia política e os processos de justiça de transição em curso no país.

A comemoração oficial foi promovida pela própria Comissão de Anistia no dia 24 de agosto, no Salão Negro do Palácio da Justiça, em Brasília. O encerramento da Semana da Anistia ocorreu em Porto Alegre, com a realização da 50ª edição da Caravana da Anistia.



Arte da Semana da Anistia.

Para melhor visualização, as atividades serão apresentadas por regiões:

Região Norte

Porto Velho, Rondônia

A atividade foi realizada pela Faculdade Católica de Rondônia. Intitulada “Os 10 anos da Comissão de Anistia”, e contou com a participação de representantes das seguintes instituições: Universidade Federal de Rondônia, CNBB, OAB Ministério Público do Estado, Comissão de Anistia. Participou também da Mesa um anistiado, que testemunhou a respeito da sua história de perseguição para um público formado por professores e estudantes dos cursos de Direito e de Filosofia daquela Faculdade, além de acadêmicos de outras instituições e sociedade em geral.

Data: 22 de agosto de 2011

Realização: Faculdade Católica de Rondônia

Parceiros: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Ministério Público Federal de Rondônia, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Rondônia e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comissão de Anistia.

Rio Branco, Acre

A programação promovida pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Justiça do Acre contou com a exibição do curta-metragem institucional da Comissão de Anistia “30 anos da Lei de Anistia” e do documentário “Vou contar para os meus filhos”, de Tuca Siqueira. Em seguida houve debate sobre a aplicabilidade das leis de Anistia nos países do Cone Sul, com a presença de representantes da Comissão de Anistia, da Secretaria de Justiça do Estado, de ex-perseguidos políticos, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre e do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Ao final do evento ocorreu a instituição do Comitê “Memória e Verdade”, com a leitura da ata de criação e a escolha dos membros do comitê.

Data: 22 de agosto de 2011

Realização: Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Justiça do Acre

Parceiro: Comissão de Anistia

Macapá, Amapá

Em Macapá, aproveitou-se a Semana da Anistia para realizar homenagem ao senador João Alberto Capiberibe e a deputada federal Janete Capiberibe, pela luta política de ambos durante o regime militar, pela redemocratização. Em função da perseguição comprovada, receberam da vice-presidente da Comissão, o “Certificado de Anistiado Político”. A atividade foi aberta pelo governador do Estado.

Data: 22 de agosto de 2011

Realização: Governo do Estado

Parceiros: Escola de Administração Pública do Amapá e Comissão de Anistia

Boa Vista, Roraima

Em Boa Vista, a Universidade Federal de Roraima comemorou a Semana da Anistia no dia 23 de agosto. Durante a solenidade de abertura, que contou com a presença do reitor e de integrantes de grupos de direitos humanos, assistiu-se ao documentário “Anistia 30 Anos” e ex-presos políticos de Roraima relataram suas histórias de perseguição. Em seguida foi realizada palestra sob o título “Justiça Transicional no Brasil”, seguida da mesa-redonda “Anistia no Brasil: uma dívida histórica”. A atividade foi encerrada com a exibição do documentário “Vou Contar para os Meus Filhos”, produzido pelo Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco, com depoimentos de vinte e quatro ex-presas políticas da Colônia Penal Bom Pastor em Recife.

Data: 23 de agosto de 2011

Realização: Universidade Federal de Roraima

Parceiro: Comissão de Anistia

Região Nordeste

João Pessoa, Paraíba

Em João Pessoa foram realizadas mesas de debate que discutiram sobre as “Leis de Anistia e a Corte Interamericana de Direitos Humanos – o impacto da jurisprudência internacional em perseguições internas de violações de direitos humanos” e sobre as “Memórias das Juventudes e Relações de Gerações: subjetivismo e perspectivas da transição ao presente”. No dia 22 a primeira mesa teve lugar no Campus Guarabira da Universidade Estadual da Paraíba e a segunda no auditório do Centro Universitário de João Pessoa. No dia 26, estes mesmos temas foram debatidos no Campus João Pessoa e no Campus Santa Rita da Universidade. As atividades foram organizadas pela Comissão de Anistia e contaram com a presença de advogados, professores e estudantes de Direito.

Data: 22 e 26 de agosto de 2011

Realização: Universidade Estadual da Paraíba, Centro Universitário de João Pessoa e Comissão de Anistia

Recife, Pernambuco

Com o apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Recife sediou atividades durante três dias consecutivos. No dia 22 de agosto, no Auditório do Centro de Educação da Universidade Estadual de Pernambuco, foi exibido o documentário “Vou contar para os meus filhos”, de Tuca Siqueira e Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco e realizada mesa de debates na sequência. No dia 23, no Centro Cultural Rossini Alves Couto do Ministério Público de Pernambuco, foi lançado o Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça. Na ocasião foram proferidas duas palestras, a primeira pelo ex-presos político e ex-ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, sobre a Comissão da Verdade e as Políticas de Reparação no Brasil, e segunda pela deputada Luiza Erundina, sobre a Luta pela Memória, Verdade e Justiça. Neste dia também ocorreu o lançamento do livro Bacuri, de Vanessa Gonçalves, sobre a história do militante Eduardo Leite, que foi barbaramente torturado e morto em 1970. No dia 24, encerrando as atividades de Pernambuco, foi realizada Sessão Solene especial, em comemoração aos dez anos da Comissão de Anistia, no Plenário da Câmara dos Vereadores do Recife.

Data: 22 a 24 de agosto de 2011

Realização: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã e Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco

Parceiros: Universidade Estadual de Pernambuco, Ministério Público de Pernambuco, Câmara de Vereadores de Recife e Comissão de Anistia.

São Luís, Maranhão

Em comemoração aos dez anos da Comissão de Anistia, foram realizadas, no dia 22 de agosto, atividades educativas e reflexivas sobre o fim do regime militar e o retorno à democracia no Brasil. Ocorreram ciclos de debate, mostras culturais, exposição de banners sobre a trajetória da Comissão de Anistia, e exibição de filmes.

Professores do Departamento de Direito e de História, pesquisadores e alunos apresentaram discussões acerca da temática, desenvolvidas por meio de uma abordagem cultural e pedagógica, promovendo a difusão do conhecimento sobre a anistia política e o período de transição do Regime Militar para o Governo Civil, a partir dos fatos históricos que marcaram o processo de luta pela redemocratização no país.

O vice-presidente da Comissão de Anistia acompanhou as mesas de discussões que trataram sobre “Anistia e Direito à Memória” e “Movimento Estudantil e Movimentos Políticos de Resistência: Anistia e reafirmação de Direitos no período da Ditadura”.

Data: 22 de agosto de 2011

Realização: Universidade Federal do Maranhão

Parceiros: Centro Acadêmico de Psicologia e Centro Acadêmico de 1 de Maio Direito da UFMA, site de notícias Maranhão Hoje e Comissão de Anistia.

Fortaleza, Ceará

No dia 26 de agosto, o ex-perseguido político Maurice Politi, membro do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil (CASC) junto à Comissão de Anistia, realizou conferência sobre as Leis de Anistia e a Corte Interamericana de Direitos Humanos – o impacto da jurisprudência internacional em perseguições internas de violações de direitos humanos – na sede do Instituto Tito de Alencar. No dia seguinte, houve palestra sobre “O Papel Social na Implementação da Justiça de Transição”, proferida por um conselheiro e ex-perseguido político da Comissão de Anistia.

Data: 26 e 27 de agosto de 2011

Realização: Instituto Frei Tito de Alencar

Parceiro: Comissão de Anistia

Região Centro-Oeste

Paranaíba, Mato Grosso do Sul

Em Paranaíba ocorreram sessões de Cine-debate entre os dias 22 a 26 de agosto. Foram exibidos filmes que retratam o período ditatorial no Brasil e contam histórias de personagens importantes na construção da democracia do nosso país, seguidas de debates realizados por professores e um amplo público de estudantes de Paranaíba.

Data: 22 a 26 de agosto de 2011

Realização: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Parceiros: Prefeitura Municipal de Paranaíba, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdades Integradas de Paranaíba, Escola Objetivo de Paranaíba e Comissão de Anistia.



Fonte: Prof. Alessandro Martins Prado.

Fonte: <http://ampdireitoshumanosnobrasil.blogspot.com/2011/09/semana-da-anistia-em-paranaibams.html>

Goiânia, Goiás

Em Goiânia, no dia 23 de agosto, foi realizado seminário a respeito da temática “Memória, Verdade e Justiça”. O vice-presidente da Comissão de Anistia esteve presente ao evento, assim como o reitor da PUC GOIÁS, o diretor do departamento de Ciências Jurídicas, o representante do Comitê Goiano da Verdade, o coordenador do Programa dos Direitos Humanos, o presidente da Associação dos Anistiados do Estado de Goiás, e a diretora do Departamento de Serviço Social da PUC GOIÁS.

Membros do Comitê Goiano da Verdade deram depoimentos a respeito de sua história de perseguição política para um público de jovens e adultos, em sua maioria estudantes. A atividade foi encerrada com a exibição de filmes que retratam o período ditatorial brasileiro.

Data: 23 de agosto de 2011

Realização: Pontifícia Católica de Goiás e Comitê Goiano da Verdade

Parceiros: Comissão de Anistia

Brasília, Distrito Federal

O ápice das comemorações aos dez anos da Comissão de Anistia ocorreu em Brasília, no dia 24 de agosto. Participaram do ato o Ministro da Justiça, o Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Nacional de Justiça, o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, o Ministro da Previdência Social, os ex-Ministros do Ministério da Justiça, o Reitor da Universidade de Brasília, e a Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Foram homenageados os ex-Ministros da Justiça e os ex-Presidentes da Comissão de Anistia, bem como todos os conselheiros que já compuseram o Conselho da Comissão de Anistia, representados pelo decano Marcio Gontijo. Em seguida às homenagens foi composta Sessão Especial de Julgamento de requerimentos de anistia política de militantes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP).

Dos 17 requerimentos de anistia política apreciados, 15 foram deferidos, com reparação econômica e moral. Receberam anistia: Maria Cristina Rodrigues, Leopoldo Nosek, Paulo César Azevedo Ribeiro, Alberto Augusto Junior, José Flávio Rodrigues Pereira, Jaime Leis Santiago, Eliza Tiekó Yonezo, Silvio Jablonski, Maurício Frajman, Paulo Cesar Moretti Gabriel, Victor Augusto Meyernascimento, Reinoldo da Silva Atem, Aderbal Caetano de Burgos, Nilton de Almeida Rocha e Cecília de Cristo Garçon.

Durante toda a semana, outras atividades compuseram a programação da Semana da Anistia no Ministério da Justiça. Foram realizadas, no Salão Negro do Palácio da Justiça, a exposição “Democracia e Anistia, para que não se esqueça para que nunca mais aconteça”, projeto do Marcas da Memória da Comissão de Anistia, com curadoria da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE), e a exposição de caráter institucional produzida pela Divisão de Ações Educativas e Comunicação, sobre a Comissão de Anistia e o percurso das Caravanas nos últimos quatro anos.

Data: 24 de agosto de 2011

Realização: Comissão de Anistia

Região Sudeste

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Entre os dias 22 a 26 de agosto, na Universidade Estácio de Sá, foi exibido o vídeo-documentário “30 Anos da Lei de Anistia” e realizadas diversas palestras a respeito de temáticas de direitos humanos, Lei de Anistia e Justiça de Transição para estudantes e professores da Universidade. O evento teve a participação da Conselheira da Comissão de Anistia, Vanda Davi Fernandes de Oliveira.

Data: 22 a 26 de agosto de 2011

Realização: Universidade Estácio de Sá

Parceiros: Comissão de Anistia

Vitória, Espírito Santo

Em Vitória, no dia 23 de agosto, foi promovido pela OAB/ES o Seminário Anistia e Justiça de Transição no auditório da Rede Gazeta de Comunicação, que abordou temas como “Brasil: ame-o ou deixe-o – a ditadura militar no Brasil”, “Música de protesto brasileira e ditadura militar”, e “O passado como futuro: arquivo e memória na construção da nossa realidade política”. Estiveram presentes mais de cento e cinquenta pessoas, entre militantes políticos e suas famílias, jovens estudantes e autoridades, que ouviram o depoimento emocionado do ex-presos político Perly Cipriano, atual subsecretário de Estado de Direitos Humanos.

Na oportunidade foi lançado o Fórum Direito à Memória e à Verdade do Estado do Espírito Santo. Os prefeitos de Santa Teresa, de São José do Calçado, e de Nova

Venécia, firmaram o compromisso de nomear praças e vias públicas de suas cidades com os nomes dos desaparecidos políticos locais, como forma de homenagem.

A prefeitura de Vitória anunciou que a cidade terá um memorial dedicado aos desaparecidos políticos capixabas. O seminário contou, ainda, com a presença do presidente da OAB-ES, Homero Junger Mafra, do presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, entre outras autoridades.

Data: 23 de agosto de 2011

Realização: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo

Parceiro: Subsecretaria Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo e Comissão de Anistia



Fonte: site OAB/ES.

Belo Horizonte, Minas Gerais

Na capital mineira, a atividade em lembrança aos dez anos da Comissão de Anistia foi inserida na programação do IV Seminário Antiprisional: Desconstrução de Práticas Punitivas, organizado pelo Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, no Centro Universitário Newton Paiva. Foram realizadas duas palestras remetendo ao tema da Semana da Anistia: “A questão dos mortos e desaparecidos e a desconstrução das práticas punitivas”, e “A perda sem possibilidade de luto”.

Data: 19 e 20 de agosto de 2011

Realização: Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e Centro Universitário Newton Paiva

Parceiros: Comissão de Anistia

São Paulo e Jales, São Paulo

Em São Paulo as atividades da Semana da Anistia ocorreram na capital e o no interior. Na cidade de São Paulo foi realizado, no dia 23 de agosto, o Seminário Refletivo dos 10 Anos da Comissão de Anistia no Instituto Sedes Sapientiae, com a presença dos conselheiros da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Já no interior paulista, em Jales, nos dias 22 e 23 de agosto, no Centro Cultural, ocorreram exposições de filmes sobre o período histórico da repressão militar no Brasil e sequência de debates com alunos e público em geral.

Data: 22 e 23 de agosto de 2011

Realização: Instituto Sedes Sapientiae; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP-Jales)

Parceiros: Centro Cultural de Jales, Diretoria Regional de Ensino de Jales, Fórum da Cidadania de Jales, UNIJALES – Curso de História, Escola Objetivo de Jales, Escola Anglo de Jales e Comissão de Anistia.

Região Sul

Florianópolis, Santa Catarina

Em Florianópolis, foi inserida mesa sobre Memória Histórica como Resgate da Cidadania na VI Jornada de Psicologia “Psicologia e Direitos Humanos”, promovida pelo curso de Psicologia do Cesusc. A palestra foi proferida por um conselheiro da Comissão de Anistia na abertura da Jornada.

Data: 24 de agosto de 2011

Realização: Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina

Parceiros: Comissão de Anistia

Jacarezinho, Apucarana e Curitiba, Paraná

No Paraná foram realizadas palestras musicais, do projeto com fomento do Marcas da Memória “Resistir é preciso”, nas cidades de Jacarezinho, Apucarana e Curitiba.

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

As atividades realizadas em Porto Alegre encerraram a Semana da Anistia. No dia 25 de agosto foi realizado o Seminário “Da legalidade à redemocratização: desafios de efetivação dos direitos humanos no Brasil” e, no dia 26, a 50ª Caravana da Anistia, ambas descritas anteriormente. Durante os dois dias a exposição “10 Anos da Comissão de Anistia”, produzida pela Divisão de Ações Educativas e Comunicação esteve exposta em frente ao Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRGS.

Data: 25 e 26 de agosto de 2011

Realização: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Comissão de Anistia

Parceiros: Serviço de Assessoria Jurídica da Faculdade de Direito da UFRGS, Acesso Cidadania e Direitos Humanos, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Exposição 10 ANOS DA COMISSÃO DE ANISTIA

Como forma de divulgar o trabalho realizado pela Comissão de Anistia, a Divisão de Ações Educativas e Comunicação produziu uma exposição em formato de *banners* com breve histórico da Comissão, demonstrando seus objetivos e sua função educativa por meio das Caravanas da Anistia. Esta exposição compôs a programação da Semana da Anistia em vários estados. Além da exposição, foi criado adesivo de lapela para divulgação da data. Foram impressas vinte mil unidades, distribuídas em todo o Brasil, especialmente nos locais onde houve atividades da Comissão de Anistia.



4. Publicações e Disseminação

4.1. Publicações

A Comissão de Anistia tem buscado apoiar publicações de livros em quatro frentes: livros de memórias dos perseguidos políticos e textos históricos relevantes; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil; registros de anais de eventos sobre anistia política e justiça de transição; e republicação de livros esgotados sobre o tema. Todos são distribuídos gratuitamente, especialmente para escolas e universidades. No ano de 2011 foram revisadas e reimpressas duas mil unidades da Cartilha das Liberdades Democráticas, que se encontra em sua terceira edição, e mil unidades da Cartilha Informativa da Comissão de Anistia.

No ano de 2011 a Comissão de Anistia publicou os seguintes livros:

Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada

Produzido em conjunto com a Universidade de Oxford, o livro debate os papéis que podem cumprir as leis de anistia em um cenário global em que a norma de responsabilização individual tem emergido com força crescente. Vale-se, para tanto, de uma especial ênfase no caso brasileiro, que desafia a norma global ao manter válida, para dado conjunto de crimes, a Lei de Anistia de 1979, sem com isso deixar de promover outras medidas que impactam positivamente o processo democrático brasileiro. Os textos da obra exploram os feitos, ambiguidades e contradições do caso brasileiro em perspectiva comparada, objetivando apresentar um panorama amplo sobre seus processos e, mais

ainda, fomentar novas críticas, investigações e políticas públicas, consolidando, redes de cooperação entre acadêmicos e agentes públicos da América Latina e das instituições de ensino e pesquisa de ponta de todo o mundo.

Teve uma tiragem inicial de dois mil exemplares e foi distribuído para quase todas as faculdades de Direito do país.

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo: relatos

Este livro é composto de histórias reais ocorridas desde 1964 até a abertura política – nas reuniões, na militância, nas manifestações, nas discussões, na prisão, nas ações armadas ou não, nos treinamentos, na clandestinidade, no Brasil ou no exterior, no exílio. São descritos episódios, momentos íntimos; aquilo que se conta quando se está em uma roda de amigos; aquilo que ainda não foi narrado; aquela circunstância singular que o autor vivenciou ou a que tenha assistido; recortes de memória; reminiscências, fatos apresentados sob uma ótica peculiar; partículas da realidade vivida por cada um; fragmentos relevantes da nossa vivência na luta por um Brasil melhor. Organizado por Eliete Ferrer, o livro teve ampla repercussão e foi lançado em diversos estados durante atividades promovidas pela Comissão de Anistia, a exemplo do ocorrido na Caravana da Anistia realizada em Porto Alegre.

Revista Anistia e Justiça de Transição nº 4

Na quarta edição, encontra-se um conjunto de estudos e documentos que se conectam diretamente com os debates nacionais do período ditatorial, permitindo que a publicação cumpra uma dupla função, desenvolvimento e circulação do conhecimento, e também espaço de referência para o futuro, servindo de material de consulta para aqueles interessados em conhecer o cenário político e intelectual que permeou o desenvolvimento de políticas públicas de democratização na América Latina.

Comunicação

A área de Comunicação foi agregada, em 2011, ao projeto educativo da Comissão de Anistia, com as seguintes atribuições:

- Organizar e distribuir gratuitamente mídias contendo publicações e vídeos institucionais da Comissão de Anistia;
- Inserir as publicações de livros, cartilhas e pautas de julgamento das sessões, bem como os Boletins Informativos da Comissão de Anistia no site do Ministério da Justiça;
- Produzir o Boletim Informativo da Comissão de Anistia e veiculá-lo através de mailing;
- Informar à Assessoria de Imprensa do Ministério da Justiça sobre os eventos e a produção de matérias, especialmente sobre as Caravanas da Anistia;
- Acompanhar a recepção da imprensa nos eventos promovidos pela Comissão de Anistia, especialmente as Caravanas da Anistia;
- Produzir *releases*, artes gráficas para cartazes e *banners*;
- Fazer levantamento de matérias jornalísticas que são publicadas na mídia impressa, televisiva e as veiculadas na *web*.

Os Boletins Informativos elaborados no ano de 2011 e a catalogação diária da repercussão de matérias relativas à anistia política veiculadas durante o ano podem ser encontrados no Anexo deste Relatório.

5. Ações de Cooperação Internacional

Em 2011, os trabalhos de Cooperação Internacional objetivaram avançar o intercâmbio de discussões e experiências sobre os processos transicionais ocorridos na América Latina e para isso foram realizados e apoiados diversos seminários no país e, também, criado um acordo de cooperação técnica para a criação de um observatório regional sobre justiça de transição.

Buscou-se ainda avançar na política de integração e debate internacional, reforçando o eixo de cooperação, tendo como o seminário realizado em Sevilha, Espanha. Deu-se, ainda, continuidade às relações institucionais iniciadas em 2010 com a Universidade de Oxford, tendo como um dos produtos a publicação do livro “Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada”.

Este ano de 2011 foi marcado também pela execução do projeto de parceria firmado entre a Comissão de Anistia e o Centro Internacional para Justiça de Transição. Esta organização não-governamental internacional trabalha há uma década em países que passaram por regimes autoritários, ajudando-os em seus processos transicionais, buscando remediar e prevenir as graves violações de direitos humanos.

Com estes parceiros foi possível trocar experiências e inseri-los nas discussões a respeito da criação da Comissão da Verdade no Brasil, realizar um seminário sobre justiça de transição em julho, discutir formas para constituir uma rede internacional sobre o assunto e criar *Website*, entre outras atividades.

As principais atividades, de cunho internacional, promovidas no ano foram:

1ª Reunião do Observatório Latino-americano de Justiça de Transição

Data: 9, 10 e 11 de fevereiro de 2011

Local: Brasília/DF

Realização: Centro Internacional para a Justiça de Transição

Parceiro: Comissão de Anistia

Esta reunião promoveu o encontro de especialistas latino-americanos a fim de gerar subsídios para implementação de um observatório internacional de justiça de transição, por meio de uma rede acadêmica virtual permanente que poderia servir como plataforma regional para a troca de informações, análise, experiência e conhecimentos sobre a justiça transicional, bem como as especificidades de busca da verdade, reparações, justiça penal e reforma institucional. Entre os assuntos discutidos esteve em pauta identificar as necessidades e lacunas para garantir que a proposta da rede complemente e contribua com outras redes e projetos já em curso e explorar os seus interesses e as diferentes formas de filiação institucional.

Participaram do evento os representantes das seguintes instituições: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça Centro Internacional para Justiça de Transição (ICTJ) e Universidade do Chile.

Participação no III Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa em El Salvador

Data: 21 a 23 de março de 2011

Local: Arcatao, El Salvador

Realização: Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas e Associação Americana de Juristas

Em continuidade às políticas de integração latino-americana pelo fim da impunidade, a Comissão de Anistia esteve presente no Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa de El Salvador. Neste ano, o III Tribunal compôs a programação do Festival da Verdade 2011, cujo tema foi “Jovens: memória, segurança e paz”. Foram três dias intensos de trabalho, em que vítimas salvadorenhas se fizeram presentes e deram seus depoimentos para um público numeroso de estudantes, abrangendo jovens e crianças. A temática central dos depoimentos girou em torno das denúncias de execução sumária e coletiva de crianças e mulheres salvadorenhas.

Seminário Internacional “Justiça de Transição, Reparação e Verdade: uma perspectiva comparada Brasil-Espanha”

Data: 11, 12 e 13 de maio de 2011

Local: Sevilha, Espanha

Parceiros: Universidad Pablo de Olavide, Câmara dos Deputados de Sevilha, UniBrasil e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



Realizado na Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, o evento visou incentivar o debate sobre os quatro pilares que sustentam o processo de transição democrática e consolidação do Estado democrático de direito: o direito à justiça, a reparação de memória, e a promoção de reformas institucionais, a partir da comparação dos mecanismos e resultados obtidos pelas políticas públicas transicionais instauradas no Brasil e na Espanha.

A atividade contou com intensa participação de estudantes de diversos países, como Angola, Argentina, Colômbia, México e Rússia, professores e intelectuais, além de autoridades como o Secretário Nacional de Justiça e Presidente da Comissão de Anistia; o Governador do Rio Grande do Sul; o Ministro da Justiça; o juiz ad hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos; o Presidente da Fundación Justicia; e o juiz membro da Audiência Nacional Espanhola.

Congresso Internacional História, Memória e Justiça

Data: 18, 19 e 20 de maio de 2011

Local: Porto Alegre/RS

Realização: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Parceiros: Comissão de Anistia e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



Fonte: Comissão de Anistia.

Promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em parceria com a Comissão de Anistia e apoio do PNUD, o Congresso teve como objetivos discutir o estado de exceção no Brasil e a banalização da violência ocorrida no período de 1964 a 1985, bem como o papel da memória na reconstrução histórica desse período.

A atividade contou com palestrantes nacionais e internacionais, dos Estados Unidos da América, de Portugal e do Chile. Teve como público-alvo estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, mestrado e doutorado, das Faculdades de Direito e de História da PUCRS, além de gestores de políticas públicas de memória e agentes de justiça de todo o Brasil. Representantes de diversos museus e arquivos, entre eles do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e do Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, e procuradores do Ministério Público Federal também participaram do evento.

Antes da cerimônia de abertura do evento, aconteceu o pré-lançamento da exposição “Anistia e Democracia: Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, na Biblioteca Central da PUCRS. Financiada pelo projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a exposição é de autoria da ALICE -Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação.

2ª Reunião do Observatório Latino-americano de Justiça de Transição

Data: 31 de maio e 01 de junho de 2011

Local: Brasília/DF

Realização: Centro Internacional para a Justiça de Transição

Parceiro: Comissão de Anistia

Dando continuidade à reunião realizada em fevereiro, foram reunidos especialistas de El Salvador, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Brasil para discutir a criação da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição. A reunião, que ocorreu no Palácio da Justiça, avançou na discussão anterior: apresentou o mapa conceitual do projeto e promoveu avaliação e debate a respeito dos meios utilizados para implantar a rede, a exemplo da plataforma a ser utilizada, ferramentas tecnológicas, comitê executivo, gestão e financiamento.

Seminário Internacional “Comissão da Verdade e Justiça de Transição: perspectivas brasileiras”

Data: 09 e 10 de junho de 2011

Local: Rio de Janeiro/RJ

Realização: Comissão de Anistia

Parceiro: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Faculdade de Direito e de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Alemão Max Planck e Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O Seminário foi realizado no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro para um público de estudantes e gestores públicos. Os eixos de discussão centraram-se em três temas principais, a saber, o marco jurídico internacional e constitucional da justiça de transição; a Comissão da Verdade como instrumento de justiça de transição; os desafios da Comissão da Verdade no Brasil. Proferiram palestras o presidente da Comissão de Anistia; a vice-diretora da Faculdade de Direito da UFRJ; o coordenador para a América Latina do Programa sobre Direito Penal Estrangeiro e Internacional do Instituto Max Planck; a secretária-executiva da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; o coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

II Seminário Latino-americano de Justiça de Transição

Data: 07 e 08 de julho de 2011

Local: Brasília/DF

Realização: Centro Internacional para a Justiça de Transição e Comissão de Anistia

Parceiros: Universidade Católica de Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Relações Internacionais da USP e Superior Tribunal de Justiça.

O Seminário, realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, para um público de quatrocentas pessoas, teve como objetivo analisar a experiência comparada em matéria de promoção e defesa dos direitos das vítimas de graves violações de direitos humanos à verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição, identificando as melhores práticas disponíveis no que tange à América Latina, e fomentar o intercâmbio de experiências exitosas.

Autoridades e estudiosos do assunto de diversos países latino-americanos estiveram presentes, além de diplomatas da Rússia, Sudão, Portugal e Guiné Equatorial, para discutir a coerência, integridade e sustentabilidade de políticas de reparação; as reformas institucionais em momentos de transição; o papel das Comissões de Verdade; o impacto da jurisprudência internacional em perseguições internas de violações de direitos humanos; a obrigação do Estado de preservar e disseminar informações sobre violações de direitos humanos e a participação de grupos de vítimas e outras instituições da sociedade civil na concepção e implementação da justiça de transição.

IV Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST)

Data: 09 de julho de 2011

Local: Brasília/DF

Realização: IDEJUST

Parceiros: Comissão de Anistia, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Centro Internacional para a Justiça de Transição, Universidade Católica de Brasília

O IDEJUST é um grupo de estudos composto por estudantes e professores de diversas universidades do país, e membros da Comissão de Anistia, que se reúnem semestralmente para discutir temas relativos à justiça de transição em sua interface com a internacionalização do Direito. Em atividade desde 2009, em cada edição discutem-se temas previamente definidos e divulgados por meio de edital para seleção de trabalhos acadêmicos, com o objetivo de difundir, fomentar e subsidiar o debate público e a pesquisa universitária. Além da apresentação dos artigos selecionados, são convidadas autoridades que participam do debate. A IV Reunião contou com a presença de conferencistas latino-americanos do II Seminário Latino-americano de Justiça de Transição, ocorrido nos dias anteriores, e de membros da organização internacional Centro Internacional para a Justiça de Transição. Esta edição foi realizada no auditório da pós-graduação de Direito da Universidade Católica de Brasília, sob o tema “Leituras do Caso Araguaia”.

Seminário “Repressão e Memória Política no Contexto do Cone Sul”

Data: 13 de outubro de 2011

Local: Foz do Iguaçu/PR

Realização: Comissão de Anistia

Parceiro: Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Este seminário compôs a programação da 52ª edição da Caravana da Anistia. Na ocasião aprofundou-se com diversos palestrantes da América Latina e França a discussão a respeito do enfrentamento do legado de violações aos direitos humanos nas ditaduras do Cone Sul e Operação Condor. Foram realizadas palestras por especialistas da Universidade do Chile; da Universidade de Rio Negro (Argentina); do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; do Arquivo do Terror/Operação Condor, Paraguai; do Observatório Astronômico de Toulouse (França); do projeto Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; da Unila; e da Comissão de Anistia.

Na ocasião, a ex-perseguida política Maria Cristina de Castro doou à UNILA o Boletim da Escuela Nacional de Adiestramiento, de 1973. Ao final do evento, houve apresentação cultural da Banda Humanos Vermelhos, iniciativa do projeto “Resistir é Preciso”, da DHPAZ/PR, um dos projetos apoiados pelo projeto Marcas da Memória.

Criação do Observatório Regional da Justiça de Transição

Data: 14 de outubro de 2011

Local: Foz do Iguaçu/PR

Realização: Comissão de Anistia e Universidade Federal da Integração Latino-Americana



Fonte: <http://www.unila.edu.br/node/480>.

No dia 14 de outubro, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana firmaram Acordo de Cooperação Técnica para implantar um Observatório Regional da Justiça de Transição na UNILA. O objetivo do Observatório será o de garantir a continuidade das discussões comparadas sobre as políticas adotadas pelos países da região no enfrentamento dos legados autoritários, bem como avançar no resgate da verdade referente à Operação Condor e outras operações militares interestaduais que tenham ocorrido durante o período de repressão ditatorial nesses países.

V Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição

Data: 21 e 22 de outubro de 2011

Local: Curitiba/PR

Realização: IDEJUST

Parceiros: Comissão de Anistia, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

Realizada no auditório da pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPR, o encontro discutiu o tema “O papel da Comissão da Verdade no Brasil: desafios e perspectivas”.

Visita técnica aos locais de memória chilenos

Data: 14 e 15 de novembro de 2011

Local: Santiago, Chile

Realização: Comissão de Anistia

O objetivo desta visita foi o de coletar informações para aprimorar o projeto curador do Memorial da Anistia Política do Brasil, em fase de construção. Membros do Comitê de Implantação, do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil e da Comissão de Anistia foram ao Chile para realizar visita técnica e conhecer os acervos e exposições do Parque pela Paz Villa Grimaldi, os monumentos do Memorial aos Mortos

e Desaparecidos, os arquivos e projeto educativo da Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, os arquivos e exposições do Museu da Memória e dos Derechos Humanos. Ao fim das visitas, os membros reuniram-se para avaliar o exercício de 2011, planejar o de 2012 e concluir o mapa curatorial.

Participação na Jornada “Perspectivas comparadas dos processos de Memória, Verdade e Justiça no Cone Sul”

Data: 22 de novembro de 2011

Local: Buenos Aires, Argentina

Realização: Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul e Secretaria de Comunicação Pública da Presidência da República da Argentina

A Comissão de Anistia foi convidada a participar da Jornada “Perspectivas comparadas dos processos de Memória, Verdade e Justiça no Cone Sul”, realizada no prédio da antiga Escola Superior da Armada (ESMA), para apresentar as políticas de memória e verdade do Brasil.

A atividade contou com diversas autoridades argentinas, entre elas o ministro de Relações Exteriores e o secretário de Direitos Humanos; o secretário do IPPDH-Mercosul; o relator Especial da ONU contra a Tortura; a diretora do Instituto de Direitos Humanos do Chile; o diretor de Direitos Humanos do Ministério da Educação do Uruguai; e a diretor-geral da Verdade, Justiça e Reparação da Defensoria do Povo do Paraguai. O Brasil foi representado pelo Coordenador-Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia.

Colóquio “Direito à Verdade e Justiça de Transição nos Países do Cone Sul”

Data: 01 e 02 de dezembro de 2011

Local: São Paulo/SP

Realização: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Brasil; PRISME (UMR 7012) CNRS-Universidade de Estrasburgo, França; Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Brasil; Centro de Estudos Legais e Sociais, CELS, Argentina
Parceiros: Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição, IDEJUST; Ministério das Relações Exteriores da França – Consulado Geral da França em São Paulo; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Este Colóquio proporcionou um espaço de intercâmbio acadêmico e político sobre como países do cone sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), submetidos a regimes autoritários em passado recente, estão desenvolvendo suas políticas de justiça transicional. Entre os assuntos, estiveram em pauta a evolução do Direito Internacional e regimes autoritários latino-americanos, experiências judiciais e extra-judiciais de transição em face das exigências do Direito Internacional e a contribuição da América Latina na construção de um direito global.

Estiveram presentes diversas autoridades e pesquisadores nacionais e internacionais das seguintes instituições: Consulado da França no Brasil; Sub-Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Grupo de Trabalho sobre a detenção arbitrária e relator especial das Nações Unidas sobre a luta contra a impunidade; Comitê de reflexão sobre a criação de uma jurisdição penal internacional; Collège de France; Presidência da República do Uruguai; Comissão da Verdade do Paraguai Conselho do Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile; Universidade de São Paulo.

Expediente

Equipe que compôs os setores da Comissão de Anistia entre janeiro e dezembro de 2011 – colaboradores, funcionários, consultores e conselheiros.

Gabinete

Amarílis Busch Tavares
Antônio Francisco M. Ribeiro
Cleiton de Oliveira Rodrigues
Elda Vieira de Lima
Fernando da Silva Pinto
Gabriela Tavares Costa
Gardênia Azevedo de Oliveira
Hudson Pereira Cunha
Joicy Honorato de Souza
Kelen Meregali Model Ferreira
Leilanne Tavares Quirino de Souza
Leonardo Soares Barreiros
Marcelo Dalmas Torelly
Maria Cristina de Castro
Maria José Vicente da Silva
Marleide Ferreira Rocha
Muller Luiz Borges
Natália Costa
Paula Danielli Rocha Nogueira
Paulo Abrão Pires Júnior
Roberta Mara da Silva
Sueli Aparecida Bellato
Stephanie Morin
Thiago Albuquerque Cunha Nobrega
Thiago Gomes Lima
Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Atendimento

Aline Carneiro de Aguiar
Ana Etelvina Sudário Semião
Ariele Baldoíno dos Santos
Camila Pereira Nery
Claiton Lisboa de Jesus
Drielly Maria de Oliveira Marques
Alessandro Gomes da Silva Carodoso
Ludmila de Souza Rodrigues

Registro e Diligência

Lívia Almeida Santos
Ana Célia de Almeida Gonçalves
Arquimedes Barros Rodrigues
Emerson Franco Gonçalo
Hayara Viana Silva
Helbert Lopes Rocha
Maiara Carolina Silva de Castro
Rachel da Fonseca
Stefany Valentim Mendes da Silva

Análise

Cristiano Ferreira Morais
Ednaldo Portela de Amorim
Mislene dos Santos
Odefrânio Vidal Pierre de Messias
Rodrigo Mercante
Rodrigo Desessards Nelsis
Sibele Soriano Carneiro de Abreu Costa

Arquivo e Memória

Andréa Valentim Alves Ferreira

Cícero Campos da Silva
Rodrigo de Jesus Silva
Eduardo Pereira Martiniano Pimentel
Leonardo Krieger Fioranti Barbosa
Edejofre Amaro da Silva
Anselmo Gomes de Souza

Coordenação de Projetos

Mariani Rodrigues Gonçalves
Roberto Flores Reis
Leonardo Aguiar Villalobos
Eduardo Henrique Falcão Pires
Priscilla Hoffmann Mercadante
Alan Cruz Murada
Ana Luiza Moraes Patrão
Aline Agnes Vieira Macabeu
Bianca de Moura Rodrigues
Rosane Cavalheiro Cruz
Mayane Burti Marcondes Barbosa
Ruanna Larissa Nunes Lemos
Selma Regina Alves dos Santos

SIGEP

Alexsandra de Oliveira Brito
Sérgio Carvalho da Silva
João Nilton dos Santos Júnior
Gustavo Henrique Baptista Santana
Jacir Pereira da Silva
Jefferson Gonçalves Rodrigues

STIP

Antônio Augusto Machado de Freitas Maciel
Carolina Nunes Barbosa de Sousa
Lorena das Neves Chaveiro
Giovana Rodrigues de Araújo
Norma Feliciano da Silva
Alexandre Silva Lemos
Leomar dos Santos Barbosa
Aldemir Miguel dos Santos
Wando Guimarães da Graça

Julgamento

Hudson Lopes Cerqueira da Silva
Irenilce Ferreira Fontão
Leandro de Almeida Noleto
Raiane Feitoza da Silva
Roberta Araújo da Silva Guimarães
Simone Eliza Casagrande
Stephani Patrícia Nogueira
Thiago Azevedo Luna dos Santos
Mayara Gomes Borges

Finalização

Raquel Nogueira Rafael
Lourena Milhomem Florindo
José Antunes Primo Júnior
Tatiana Furtado Oliveira
Thiago Felipe do Nascimento Silva
Rosimeire de Oliveira Araújo
Suzane Queiroz Fontes do Nascimento

Composição do Conselho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Biografia dos/as Conselheiros da Comissão de Anistia que atuaram entre janeiro e dezembro de 2011.

Presidente:

Paulo Abrão

Conselheiro desde 4 de abril de 2007

Nascido em Uberlândia/MG, em 11 de junho de 1975, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor do Curso de Pós-Graduação e da Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília e licenciado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi).

Vice-Presidentes:

Egmar José de Oliveira

Conselheiro desde 26 de abril de 2004

Nascido em Jaraguá/GO, em 02 de agosto de 1958, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis. Atualmente é advogado militante em São Paulo e Goiás, atuando em causas trabalhistas e de direitos humanos.

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 6 de março de 2003

Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho e advogada graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Já trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de Direitos Humanos, foi assistente parlamentar e atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Conselheiros:

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008

Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004

Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará. Atualmente compõe a equipe de assessoria do Gabinete da Governadora do Estado do Pará.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 4 de fevereiro de 2009

Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e membro da Coordenação do Projeto Memorial da Anistia e Direitos Humanos da Bahia.

Edson Claudio Pistori

Conselheiro desde 13 de janeiro de 2009

Nascido em Rondonópolis/MT, em 15 de março de 1977, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e mestrando na mesma instituição. Foi Assessor da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Atualmente é professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Professora da Universidade de Brasília, onde atualmente é coordenadora do curso de graduação em Direito. É vice-presidente do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), na gestão 2009-2011.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação e da Graduação em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Advoga para a organização não-governamental Justiça Global que atua junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008

Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutoranda em Ciências Criminais, todos pela mesma instituição. É integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul desde 2002. É professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA).

Márcio Gontijo

Conselheiro desde 21 de agosto de 2001

Nascido em Belo Horizonte/MG, em 02 de julho de 1951, é advogado público de carreira e pertencente aos quadros da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça desde 1976. É representante dos anistiados políticos na Comissão de Anistia. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, é o decano da Comissão de Anistia, tendo ainda acompanhado a criação da Comissão Especial de indenização dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em São Paulo/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como Defensora Pública da União por 22 anos.

Maria Emilia Guerra Ferreira (In memorian)

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida em Manaus/AM, em 22 de outubro de 1944, é religiosa da Congregação de Nossa Senhora – cónegas de Santo Agostinho. Psicóloga graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” de São Paulo. É mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009

Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Narciso Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Maceió/AL, em 17 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Prudente José da Silva Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona no Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos do Centro de Estudos Universitários de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida em Fortaleza/CE, em 23 de fevereiro de 1938, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. É servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Possui experiência em Planejamento Estratégico Situacional e já desenvolveu trabalhos na área de gestão como supervisora geral de desenvolvimento de pessoal da Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em Santos/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É professor da Faculdade de Direito UNIEURO/DF.

Vanda David Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008

Nascida em Estrela do Sul/MG, em 31 de junho de 1968, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito pela Universidad de Alicante (Espanha). É membro do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008

Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial e mestrando em Direito pela mesma instituição. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados/Seccional Paraíba. Atualmente é professor e Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba.

